

PARQUE RARÓ, VILA DO CONDE

Espaço natural com atividades radicais para todas as pessoas



Diretor Padre Lino Maia
Diretor-Adjunto Padre José Baptista

Mensal | Agosto 2017 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 220



COIMBRA

Sandra Semedo é campeã do mundo de tricicleta



AVEIRO

Isolamento reflete-se na instituição de S. Jacinto



CAST. PÊRA

Quebra da natalidade coloca problemas a IPSS



CRECHE

CNIS rejeita campanha difamatória sobre a rede solidária

José Leirião
Membro da CNIS



A desigualdade na redistribuição da riqueza na Europa

O 'Rendimento básico universal' como uma opção política na UE

No passado mês de Maio a OCDE publicou um artigo sobre o 'futuro do trabalho' referindo os recentes desafios que as tradicionais formas de rendimento com base no emprego estão a enfrentar, voltando de novo ao debate o 'rendimento básico universal' como forma de preencher as lacunas nas provisões sociais.

O conceito de 'rendimento básico', uma transferência pública incondicional paga a todos os cidadãos, não é novo, e tem estado em destaque em alguns países como um projecto de confiança no futuro. O crescente interesse numa forma simples, que crie confiança e seja acessível de obter um rendimento, tem estado ligada às megatendências económicas e às preocupações sociais a elas associadas, incluindo o crescimento das desigualdades, o nascimento de formas atípicas de emprego associadas à transformação digital, o risco de perda de emprego devido à automatização e utilização de robots, e bem assim os desequilíbrios entre o trabalho, a família e actividades de lazer. Como sabemos, os sistemas actuais de protecção social foram em larga escala, modelizados nos contractos empregador-empregado com padrões de carreira estáveis e pactos sociais, os quais parecem estar algo ultrapassados nos dias de hoje, e estão criando desafios para a manutenção de um apoio efectivo para os mais necessitados e marginalizados da sociedade. Mesmo hoje, quando uma larga maioria de trabalhadoras se mantem ainda, nas tradicionais formas de emprego, em cerca de metade dos países da OCDE, apenas menos de 50% das pessoas activas que procuram trabalho, recebem subsídio de desemprego.

Segundo o estudo da OCDE, um pagamento incondicional e significativo mas fiscalmente realista, a todas as pessoas, requer um aumento de impostos e também reduções nos benefícios actualmente existentes, e mesmo assim não seria, muitas vezes, uma ferramenta efectiva para reduzir a pobreza. É mesmo afirmado que, alguns grupos desfavorecidos, perderiam algum do actual rendimento se os

benefícios existentes fossem substituídos pelo rendimento básico universal. Realisticamente e em vista das consequências fiscais e distributivas de um rendimento básico, reformas em direcção a um apoio e rendimento universal necessitaria de ser introduzido em fases, requerendo um debate em como financiar uma mais equilibrada partilha dos benefícios do crescimento económico.

Meu Comentário:

A tentativa de erradicação da pobreza a nível mundial não pode ser abordada tomando os padrões e fundamentos actuais de redistribuição da riqueza criada, com base no modelo económico e fiscal vigente, que é um modelo neoliberal (a economia é o principal factor de desenvolvimento, no qual os factores sociais tem uma posição secundária em relação à economia e os factores ambientais tem uma posição terceira) de abrangência global, no qual dominam o poder dos grandes grupos financeiros e as empresas globais, que dividem entre si a riqueza criada, com mais ou menos protecção social contribuindo para o aumento dramático da desigualdade e a desumanização da sociedade. Como sabemos, a erradicação da pobreza é o objectivo nº 1 dos 17 ODS (Objectivos Desenvolvimento Sustentavel até 2030).

Num tempo de mudanças disruptivas, muito rápidas, com base nos avanços da ciência, tecnologia e na digitalização, que comandam a competitividade mundial, as soluções inteligentes para a implementação de sociedades sustentáveis e inclusivas tendem a ser preteridas. Na Europa, faz-se um esforço no sentido de que a 'economia social de mercado', suportada pelos cinco diferentes modelos sociais europeus consigam resistir às políticas neoliberais e, como todos sabemos, não conseguimos erradicar a pobreza, ao contrário, desde 2005 as políticas da União Europeia (tempo de Durão Barroso) levaram à redução das políticas de coesão e inclusão social, contribuindo para o aumento do desemprego, da desigualdade e da pobreza na União Europeia. Com Junker na presidência da UE, renasce alguma esperança com a iniciativa do 'Pilar dos Direitos Sociais' e as suas cinco opções sobre o 'Futuro da Europa'.

Mas, todas estas iniciativas são insuficientes para o objectivo da erradicação da pobreza na UE, o qual só será possível atingir com a atribuição de um rendimento básico universal, isto é, para todos. Assim sendo, que modelo económico e social poderá dar resposta a este objectivo? Certamente, não será o modelo actual da 'economia social de mercado' acompanhado de elevada fiscalidade, de níveis desiguais, que promovem a competição entre os Estados Membros(EM) para atrair as 'sedes sociais' das grandes multinacionais e grupos financeiros, de suporte a elevado desemprego e protecção social desigual entre os Estados Membros, conduzindo a diferença significativa nos aspectos da protecção social entre EM ricos e pobres. Terá de ser um modelo económico e social fortemente direccionado para uma sociedade inclusiva, na qual todos tenham a oportunidade de contribuir, através de um emprego decente e não precário, para o bem estar de todos.

Um modelo económico e social, inclusivo, coeso, sustentável e com emprego para todos no qual a economia social e solidária e as empresas sociais sejam impulsionadas, com ecossistema próprio, protegidas e apoiadas através de fundos europeus (em vez de incosequentes políticas activas de emprego que tem servido apenas para aumentar o trabalho precário e sem futuro para os jovens e desempregados), que criem o seu próprio mercado social solidário europeu, criem emprego para os excluídos da 'era digital' atingindo o 'pleno emprego'. Para mim, este é o único caminho possível para uma sociedade inclusiva, coesa e sustentável criando as condições para o estabelecimento de um rendimento básico para todos, em direcção à redução das desigualdades e ao bem estar social para todos.

COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU

Prémio Sociedade Civil 2017 com candidaturas até dia 8 de setembro

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) promove, uma vez mais, este ano, o «Prémio da Sociedade Civil» 2017 que tem como tema «Projetos inovadores para promover a qualidade do emprego e o empreendedorismo para o futuro do trabalho».

A finalidade do prémio, atribuído anualmente, é a de recompensar e encorajar as iniciativas das organizações da sociedade civil e/ou indivíduos que tenham dado uma contribuição significativa para a promoção da identidade e integração europeias.

O principal objetivo do Prémio da Sociedade Civil é dar a conhecer a contribuição das organizações da sociedade civil e/ou indivíduos podem ter para a criação de uma identidade e cidadania europeia, de uma forma que possa sublinhar os valores comuns partilhados e nos quais se apoia a integração europeias.

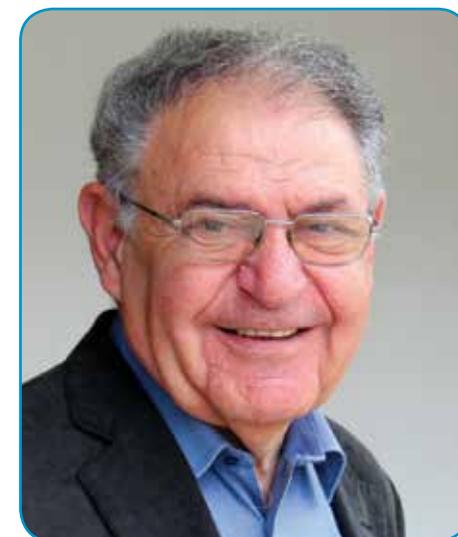
O valor do prémio é de 50.000 euros, sendo atribuídos cinco distinções: um 1º prémio, no valor de 14.000 euros, e mais quatro segundos prémios, de

9.000 euros cada.

As candidaturas devem ser apresentadas até ao dia 8 de setembro do corrente ano, através dos formulários disponíveis no site www.eesc.europa.eu/civil-society-prize.

O Prémio CESE para a Sociedade Civil está aberto a todas as organizações da sociedade civil, registadas oficialmente na União Europeia, que operem a nível local, nacional, regional ou europeu, e igualmente cidadãos, individualmente.

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Qualidade e qualificação

1. O que quer que se faça nas Instituições de Solidariedade, seja ao nível dos processos de gestão, seja ao nível dos recursos humanos ou doutros recursos, não constitui um fim em si mesmo, mas sim instrumentos para atingir o fim último que deverá ser sempre a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações para quem se trabalha.

Também se sabe que o bom desempenho destas organizações na consecução desse fim último é dificultado por algumas fragilidades, que são específicas da natureza de muitas delas:

a) A insuficiência de incentivos externos (como, por exemplo, os vindos da exposição à concorrência no mercado) que as levem a um esforço contínuo de combate a ineficiências na sua gestão;

b) Uma cultura organizacional onde justamente se valoriza o serviço em prol do bem comum, mas onde, muitas vezes, se olha com relutância para instrumentos de gestão “empresarial”, quando estes podem e devem ser bons instrumentos para esse serviço, sem o desvirtuar;

c) A situação de exclusão social em que se encontra uma boa parte da população servida por estas organizações, o que dificulta a que venha daqui uma pressão construtiva para a melhoria do seu desempenho;

d) As dificuldades crescentes de solvência das populações, destinatárias dos seus serviços, que geram dificuldades de viabilidade financeira das instituições e da sua sustentabilidade.

e) A crescente exigência interna e externa de uma gestão de excelência e rigor face à escassez de recursos de todo o género.

2. Por estas razões, é importante que a melhoria do nível de qualificação dos dirigentes e pessoal ao serviço das Instituições de Solidariedade seja capaz de responder e implementar procedimentos de controlo de gestão e de auto-avaliação participados, de eficiência e eficácia na gestão, de auscultação regular das necessidades e do grau de satisfação das populações servidas e de prestação de contas, em suma uma gestão organizacional com sentido social.

Para a obtenção destes objetivos é necessária a mobilização dos elementos dos órgãos

sociais e ter colaboradores mais qualificados, empenhados e participativos.

É também necessário encontrar estratégias de redução de custos, aumento da eficiência dos recursos disponíveis e e ainda de práticas de complementaridade entre Instituições.

Também necessário se torna mobilizar os serviços públicos para o bom-senso em que a satisfação das pessoas se sobreponha sempre e em toda a parte à satisfação do próprio poder. Importante é a harmonização dos recursos disponíveis e de todos os serviços para corresponder às necessidades de todas as pessoas.

Desenvolver as capacidades organizacionais das Instituições, tendo por referencial os Modelos de Avaliação da Qualidade das Respostas Sociais definidos pelo Instituto da Segurança Social, a implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade e a introdução de medidas de gestão estratégica e operacional com vista à sustentabilidade, tem constituído uma das preocupações da CNIS.

Sabe-se que para a implementação dos instrumentos atrás referidos dificilmente poderão ser alcançados “por geração espontânea”,

deixando cada uma das Instituições de Solidariedade entregue a si própria, sem poder contar com estímulos e apoios externos.

3. Nesse sentido a CNIS tem vindo a fazer candidaturas, essencialmente de formação-ação, para colocar ao serviço das Instituições destinatárias desses projetos, sempre menos do que seria desejável, um conjunto de “facilitadores” e de “espaços de trabalho em comum” que possam ajudar os dirigentes e os colaboradores a dar os passos necessários no sentido de instituírem, de uma forma organizada e sustentável, que perdure para além do projeto, procedimentos internos de garantia de qualidade, da auto avaliação participada, da atenção às necessidades das populações servidas e de sustentabilidade.

O aumento da qualificação dos trabalhadores e dos dirigentes, com vista a uma mudança organizacional que conduza a uma melhoria dos serviços prestados não só é importante como absolutamente necessária para garantir a sustentabilidade do setor social e solidário.



COMUNICAÇÃO SOCIAL

CNIS não aceita “considerações erróneas e ofensivas” para com as IPSS

No seguimento de algumas reportagens feitas em torno de “considerações erróneas e ofensivas” para as IPSS acerca da rede solidária de creches, a CNIS tentou exercer o seu Direito de Resposta junto do jornal Expresso, o que não foi aceite pela Direção do semanário. Mesmo assim, a CNIS decidiu divulgar os argumentos que a levam a refutar os dados constantes na dita reportagem.

Assim, como é do conhecimento geral, alguma Imprensa tem promovido uma campanha pondo em causa o bom trabalho desenvolvido pelas IPSS, na resposta social de creche, criticando o valor das participações familiares, que considera elevado.

Tal campanha vai de par com as propostas de algumas forças políticas, no sentido de o Estado dever garantir uma rede pública de creches, replicando nesta resposta social a concorrência desleal que já levou a cabo nos últimos anos na educação pré-escolar e no ATL.

No início do corrente mês de Julho, calhou a vez de os jornais Público e Expresso se prestarem a esse papel de aplinar o caminho para a ofensiva de tais forças, preparando a opinião pública para essa mudança nas políticas sociais.

A propósito deste assunto, o Expresso de 1 de Julho publicou duas peças – uma, no caderno principal, outra, na Revista -, cujo registo, por tão distante da realidade, obrigou a CNIS a, invocando o direito de resposta, dirigir um veemente protesto ao diretor do jornal.

O jornal decidiu não publicar a resposta da CNIS.

Mas, como o assunto merece a atenção de todas as instituições, aqui fica o texto do protesto, enviado no dia 6 de julho e que o jornal preferiu não publicar, como se referiu:

“Senhor Director, ao abrigo do direito de resposta, solicito a publicação do seguinte texto:

O Expresso de 1 de Julho publicou, na pág. 10 da Revista, «Do céu ao inferno», sob a epígrafe «IPSS», considerações que são erróneas e ofensivas para as Instituições Particulares de Solidariedade Social, que a signatária CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, representa no Conselho Económico e Social.

Embora o não diga expressamente, esse apontamento da Revista remete para a reportagem publicada a fls. 22 e 23 do caderno principal, sob o título «Falta de creches persiste em Lisboa e Porto», onde se censura o valor das mensalidades praticadas pela frequência das creches geridas pelas IPSS – embora se reconheça, ao menos, que tais valores são fixados de forma proporcional aos rendimentos das famílias.

Mas, porque o texto do jornal quis deixar permanecer a ideia de que tais valores são elevados e não são ‘propriamente solidários’, aqui ficam algumas informações que, sem grande esforço, os



jornalistas podiam e deviam ter obtido antes de publicarem tal texto.

Como exemplo:

- creche para 40 crianças, 10 com menos de 1 ano, 14 com menos de 2 anos e 18 com menos de 3 anos, divididos por 3 salas;
- pessoal legalmente exigido (Portaria 262/2011, de 31 de Agosto): três educadoras de infância e quatro ajudantes de ação educativa;
- encargos com esse pessoal, de acordo com o Contrato Coletivo – 126.500,00 euros/ano;
- imputação desse custo por criança/mês – 126.500,00:12:40 = 263,66 euros;
- custo de criança/mês, no pressuposto, geralmente aceite, de que os custos com pessoal representam 70% do custo total – 375,00 euros, aproximadamente.

(Estes custos com pessoal não englobam os trabalhadores auxiliares de serviços gerais, que procedem à limpeza das instalações, nem os cozinheiros nem ajudantes de cozinha, que confeccionam as refeições tomadas pelas crianças nas creches e fornecida gratuitamente pelas instituições, nem os motoristas, que os vão buscar e conduzir a casa, nem os trabalhadores administrativos, que asseguram o funcionamento dos Serviços.

Aliás, em 2009 os serviços do Ministério do Trabalho e Segurança Social, em conjunto com a Respondente CNIS, efetuaram um estudo técnico para calcular o custo médio nacional de uma criança em creche: o valor a que chegaram, e que o Governo de então nunca quis validar, foi superior a 450,00 euros/mês.).

Parece desnecessário dizer que estes custos existem necessariamente, não dependendo da eficiência da gestão e que são bem menores do que os que seriam praticados em estabelecimentos do Estado, já que as remunerações praticadas no Sector Público são superiores às constantes do



Contrato Coletivo de Trabalho das IPSS.

“É fazer as contas”, como sói dizer-se: se custa 450,00 euros por criança em creche por mês e o Ministério subsidia com 258,91 euros, também por mês, tal significa que a instituição terá de assegurar, através dos pais e encarregados de educação, cerca de 200,00 euros por mês e por criança.

Ora, se, como a reportagem assinala, há quem pague 25,00 euros, é mais ou menos linear que algum outro agregado familiar, com melhores rendimentos, terá de pagar os 200,00 euros que lhe falta pagar até ao custo, mais os 175,00 de solidariedade com a família da criança que só pode pagar 25,00 euros.

Ou que não pode pagar nada, como tantas vezes sucede.

Uma nota final: escusávamos de ver o Expresso enfileirar no preconceito ideológico sobre as respostas sociais da rede solidária versus resposta pública, que tão notoriamente são aliás referenciadas no texto.

Com os melhores cumprimentos,
O Presidente da CNIS,
(Lino Maia, Pe.)”

REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

CNIS recolheu experiência das instituições para levar às negociações

A CNIS promoveu, em Coimbra, um encontro sobre a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) para o qual foram convidadas todas as instituições associadas que integram esta rede da área da saúde.

O principal objetivo do encontro foi o de recolher informação junto de quem tem Unidades de Cuidados Continuados, não apenas das dificuldades e problemas que as instituições vivem, mas igualmente sugestões de solução que quem está no terreno propõe. A informação recolhida servirá para os elementos da RNCCI que integram os grupos de trabalho da RNCCI melhor poderem defender as posições das IPSS associadas e, de certa forma, melhorar o funcionamento da Rede.

O encontro, que decorreu na Casa Municipal da Cultura, foi bastante participado, com a presença de representantes de IPSS de todo o País, e gerou um vivo debate.

Foram diversos os problemas e as dificuldades que as IPSS reportaram a Maria João Quintela, membro da Direção da CNIS com o pelouro da Saúde.

“Esta reunião pretende reunir a experiência das IPSS para podermos trabalhar nas negociações e, muito importante, para defender a sustentabilidade das respostas e das instituições”, afirmou Maria João Quintela, que lembrou: “Estamos a fazer caminho na CNIS”.

Perante algumas críticas dirigidas à CNIS, o diretor-executivo João Dias lembrou que “a Saúde não é a tradição das IPSS e da CNIS”, acrescentando: “No âmbito da Saúde há muitos interesses instalados e muito pouco preocupados com as pessoas. A complexidade negocial é enorme. Depois, a CNIS não está a negociar sozinha e as visões são muito diferentes e há muitos interesses em jogo. Não podemos esquecer que estamos no meio de uma discussão entre os interesses privados e o Serviço Nacional de Saúde e, consoante os Governos, a visão é diferente”.

Nesse sentido, João Dias exultou as instituições a manterem-se unidas, porque só assim a CNIS, que representa apenas 25% das unidades que integram a RNCCI, poderá fazer alguma diferença: “Ou estamos todos juntos ou, então, vamos dividir-nos e não conseguiremos nada”.

Uma das ideias fortes que saiu do encontro foi a da necessidade de as IPSS fazerem lobby para ganharem maior poder negocial, até porque “a Rede nasceu com graves lacunas na comunidade, porque depois ninguém quer as pessoas, a não ser as IPSS”.

Num primeiro momento do encontro promovido pela CNIS, a assessora Filomena Bordalo fez uma pequena apresentação da situação atual da RNCCI, na qual estão integradas 48 IPSS, num total de 71 unidades, das várias tipologias.

Quanto ao modelo de financiamento, a assessora da CNIS lembrou que “estão previstas grandes alterações, mas ainda nada foi feito”. É que nesta matéria é necessário consensualizar previamente com os intervenientes.

Quanto a alterações legislativas, que exigem



uma consulta prévia, Filomena Bordalo informou já ter havido uma reunião, mas “para a CNIS a consulta prévia não é o modelo correto, devendo o caminho ser a consensualização”.

Quanto à contratualização, os critérios de prioridades para o planeamento vêm apertar o universo de instituições que, no futuro, poderão integrar a Rede.

É que os critérios são: Experiência adquirida pelas entidades que já se encontram a desenvolver tipologias no âmbito da RNCCI; Sustentabilidade económico-financeira, através da promoção de uma economia de escala, salvaguardando os princípios da transparência, da igualdade e da concorrência; Entidades em que os projetos foram construídos/remodelados ao abrigo do programa modular; Entidades que tendo realizado investimentos avultados, os mesmos se enquadrem nos termos da priorização anteriormente referidas e nas necessidades estabelecidas; Privilegiar as respostas de proximidade, em regime de ambulatório, sendo seletivas nas respostas de institucionalização, articulando com a resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

Estando em elaboração o modelo de financiamento, com a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial, a assessora da CNIS afirmou que se pretende alcançar um modelo de longa duração, mas, para já, “os critérios tem alguma subjetividade”.

“Esperam-se grandes mudanças ao modelo de financiamento, pelo que é importante a contribuição das instituições para a configuração do novo modelo”, lembrou.

Relativamente ao Sistema de Informação,

está previsto que o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e o Ministério da Saúde “devem desenvolver esforços no âmbito por forma a contribuir a gradual desmaterialização do processo de referenciação dos utentes para a RNCCI, incluindo o processo de cálculo das participações, promovendo assim a melhoria do acesso e da prestação de serviços públicos eficientes”.

De seguida, Filomena Bordalo abordou a questão dos pagamentos e atualização de preços.

“O Ministério da Saúde deve proceder à centralização na Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) da responsabilidade pelos pagamentos às unidades da RNCCI do Setor Social Solidário, comprometendo-se pelo pagamento no prazo legalmente estabelecido”, referiu, acrescentando: “E deve proceder, no ano de 2017, à atualização dos preços dos cuidados de saúde e de apoio social, em 0,6%, nos termos previstos no n.º 6 da Portaria n.º 1087-A/2007, de 5 de setembro, na redação em vigor”.

Importante em toda esta questão da RNCCI é o trabalho que as instituições devem desenvolver no âmbito da capacitação dos profissionais, pelo que “devem fomentar e desenvolver ações de capacitação e formação dos profissionais que integram os quadros de recursos humanos das unidades da Rede, numa perspetiva de promoção da qualidade, humanização dos cuidados e do bem-estar dos utentes”.

Por fim, foi abordado o alargamento da RNCCI de Saúde Mental, que avançará após “avaliação das experiências piloto” e ainda da “avaliação das respostas desenvolvidas no âmbito do Despacho Conjunto n.º 407/98, de 18 de junho”.

CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE CASTANHEIRA DE PÊRA

Encerramento da instituição já esteve em cima da mesa

“Isto é um sufoco”. É desta forma que o padre José Lopes Carvalho, presidente do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pêra, caracteriza a situação da instituição, já depois de ter recorrido ao Fundo de Socorro Social, numa altura em que foi ponderado o fecho de portas. A diminuição de crianças no concelho, onde é a única IPSS com resposta de creche, tem levantado graves problemas à gestão e o futuro não se afigura muito risonho.

Criado em 1982, o Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pêra nasceu, pela mão da Fábrica da Igreja, com o propósito de desenvolver atividades de apoio a crianças e jovens, população idosa, famílias, comunidade e população ativa.

O arranque da instituição deu-se pelo Centro de Apoio Familiar (CAF), com o apoio financeiro da Cáritas Diocesana de Coimbra.

Um ano depois, a 1 de maio 1983, já com protocolo com a Segurança Social, entra em funcionamento a resposta Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), com capacidade para 60 crianças.

Durante mais de duas décadas, a instituição desenvolveu a sua atividade num edifício pertença da Fundação Bissaya Barreto e só em 2006, com a construção de um edifício, pela Fábrica da Igreja, o Centro Paroquial pôde alargar as suas respostas à comunidade, com um Centro Comunitário, nascido do seio do Projeto de Luta Contra a Pobreza.

Dois anos volvidos, a 1 de Setembro de 2008, nasce a creche «Os Ouricinhos», com capacidade para 25 crianças.

Nos dias que correm, a instituição acolhe 19 petizes em creche e três dezenas no ATL, agora só pontas, mas que no verão chega às 40 crianças. O Centro Comunitário é frequentado regularmente por oito utentes, que duas vezes por semana vão à piscina, a Figueiró dos Vinhos, e durante as tardes desenvolvem outras atividades.

O início de funcionamento da creche foi promissor, o que levou a instituição a solicitar, em 2010, junto da Segurança Social o alargamento do acordo de cooperação de 25 para 33 crianças, tendo efetuado as obras necessárias, mas, mesmo assim, o pedido foi recusado.

“Tínhamos muitas crianças nessa altura”, recorda Maria Helena Correia, tesoureira do Centro, que entretanto viu esse número ser reduzido para 20 crianças protocolizadas.

Aliás, a instituição tem vivido dias de “sufoco” com a crescente diminuição do número de crianças em Castanheira de Pêra.

“Tivemos um ano que iniciámos o ano letivo com 14 crianças, o que foi uma asfixia para a instituição”, afirma a tesoureira.

No concelho há três IPSS e nenhuma se



sobrepõe às outras, pois a Cercicaper dedica-se à área da deficiência, a Santa Casa da Misericórdia aos idosos e o Centro Paroquial à infância. A resposta que dá à terceira idade com o Centro Comunitário não colide com a resposta de Centro de Dia da Misericórdia, porque “há pessoas que preferem o Centro de Convívio, pois pensam que o Centro de Dia é o passo antes de ir para o lar”, explica Maria Helena Correia.

A redução significativa do número de crianças levanta graves problemas à instituição, porque os rácios de pessoal exigido e as verbas comparticipadas pela Segurança Social não ajudam à sustentabilidade.

“Para o ATL, exigem-nos uma animadora cultural e duas ajudantes de ação educativa durante as férias, portanto, com o pouco que a Segurança Social comparticipa, como vamos fazer face a estas despesas? Não chega para os funcionários e, depois, as mensalidades também são baixas, porque os rendimentos das



famílias são muito baixos”, argumenta a tesoureira, ao que o presidente da instituição, o padre José Lopes Carvalho, acrescenta: “Quando vim do Seixo da Beira, que também é Interior, fiquei atónito com o valor das mensalidades aqui, que eram cerca de metade das de lá, onde havia bastantes respostas. Em relação há qualidade dos nossos serviços, temos cerca de metade dos

alunos da escola, portanto, estamos bem”.

Obviamente, este é um cenário que coloca grandes problemas à gestão da instituição, que em termos financeiros é descrita pela tesoureira como “muito má”.

“Como é que a começar um ano letivo com 14 crianças, que depois vai aumentando ao longo do ano, as contas podem ser equilibradas?”, pergunta o presidente, respondendo de seguida: “Com 25 crianças até equilibrávamos as contas, agora com 15, que é o habitual! Bem, mensalmente temos um prejuízo de 2.500 euros, o que ao fim do ano são 30 mil. O pessoal é o mesmo, mas a receita é muito menor”.

A isto acresce que a instituição funciona ao longo de 11 horas de funcionamento, “de acordo com os horários das famílias, o que obriga a ter mais um funcionário”, aponta Maria Helena Correia.

Para obstar às dificuldades, a tesoureira revela que vão “pedinchando”, contando ainda com o apoio da Câmara, da Junta de Freguesia.

“Já recorremos ao Fundo de Socorro Social, numa altura em que estivemos mesmo para fechar portas, porque as dívidas estavam a acumular-se. A dívida já chegava aos 30 mil euros. Ainda tínhamos algum fundo de maneiço, mas acabou com as obras de requalificação e de manutenção que fizemos no edifício”, relata, sublinhando: “E, de ano para ano, a situação vai-se agudizando, pelo que deixámos de ter fundo de maneiço. Neste momento, não pagamos vencimentos sem chegar a comparticipação da Segurança Social. Não pagamos porque não temos dinheiro, pelo que se a Segurança Social falhar nós temos que falhar com os trabalhadores. Não temos outra possibilidade”.

E esta falta de capital que a instituição vive repercute-se no cumprimento de algumas exigências, o que deixa sempre no ar a probabilidade de surgir uma coima, para além de que intervenções necessárias têm que ser constantemente adiadas por falta de verba.

“A lei exige-nos muita coisa, tal como as medidas de autoproteção, que ainda não temos, mas está tudo encaminhado. Precisamos é de dinheiro para avançar! Também precisamos de fazer uma intervenção no parque infantil, mas não há verbas. Vamos andando sempre coxos e sempre à espera que alguém nos ajude. Temos uma única carrinha que é do Centro Comunitário e que veio do Projeto de Luta Contra a Pobreza, em 2006, e já não era nova, portanto, já tem mais de 15 anos”, lamenta Maria Helena Correia, que destaca ainda: “A instituição não tem nada! Nem o edifício nem o mobiliário é nosso, é da Fábrica da Igreja com o qual temos um acordo de comodato por 25 anos, sendo que todas as obras são a nosso cargo. Nós até nos poderíamos candidatar a alguns fundos, o que há, mas precisaríamos sempre da nossa parte, porque nada é a 100%, e nós não temos”.

Sedeada na sede de um dos concelhos mais fustigados este verão pelos incêndios, o Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pêra também tem estado desde a primeira hora no apoio a quem foi afetado pelo fogo.

“Logo no primeiro dia, que foi um sábado, as nossas funcionárias, por elas, foram colaborar na cozinha que foi instalada nos bombeiros.



Tivemos a assistente social e a educadora social no terreno a fazer levantamento das necessidades e a nossa carrinha também tem andado no terreno. A nossa carrinha tem dado apoio, todas as manhãs, aos Médicos do Mundo que têm andado aí no terreno a distribuir alimentos”, conta Maria Helena Correia, que refere ainda um trabalho importante mas pouco visível, que foi “o apoio às crianças”: “Nos dias do fogo e seguintes estava tudo fechado e os pais precisavam de ter onde deixar as crianças. Nós tivemos aqui as crianças da escola e do pré-escolar, cujos funcionários são camarários e estavam todos mobilizados em torno dos incêndios”.

Para a tesoureira, “não foi tão visível, mas foi uma retaguarda importante no que se passou, logo a partir de domingo”.

Questionado sobre qual a grande virtude da instituição, o padre José Lopes Carvalho não tem dúvidas de que é o “bom serviço”.

“É o serviço que presta, um serviço de qualidade e é isso que nos move. Se não fosse isso já tinha fechado a instituição, porque isto é um sufoco. A instituição vive exclusivamente para o dia-a-dia, chega ao fim do ano com prejuízo, que não é contabilístico, é financeiro, porque não há mesmo dinheiro. Continuamos a manter-nos, apesar do senhor bispo já ter dito para quando não der mais fechar, mas tenho muita relutância em fechar, porque depois para onde vão as crianças?”, questiona, lembrando que o concelho não tem outra resposta de creche.

Sentindo pouco apoio da comunidade local, apesar de reconhecer o trabalho importante que é feito, especialmente, com as crianças, o presidente da instituição dá um exemplo da forma como a população apoia o Centro: “A Diocese decidiu que os ofertórios de 2 de julho fossem para as vítimas dos incêndios, o que anunciei nas paróquias e nas capelas. O Coentral, uma paróquia que não tem mais de 50 pessoas, contribuiu com 213 euros, uma capela aqui próxima com 135 euros e Castanheira de Pêra, com cerca de duas mil pessoas, contribuiu com 90,65 euros. Por aqui já vê a generosidade das pessoas de



Castanheira”.

No entanto, reconhece que “as pessoas acham que o Centro presta um bom serviço, mas contribuir é outra coisa”, ao que Maria Helena Correia acrescenta: “E acham que temos o dever de ter cá as crianças. Há pais que põe cá os filhos e esquecem-se que têm mensalidades para pagar. O regulamento estipula que ao fim de um período de tempo sem pagar, a criança pode ser suspensa da frequência, mas se nós fizéssemos isso caía-nos o Carmo e a Trindade. E depois não podemos fazer isso às crianças, que não têm culpa”.

E esta é outra situação que agrava a já delicada saúde financeira da instituição.

“Temos alguns valores em atraso, especialmente na creche, e já não sabemos o que havemos de fazer”, lamenta a tesoureira.

ALZHEIMER PORTUGAL

I Encontro Nacional das Doenças Neurodegenerativas é a 20 de outubro

A Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes, em Torres Novas, acolhe no próximo dia 20 de outubro, a partir das 9h00, o I Encontro Nacional Alzheimer, Parkinson e Esclerose Múltipla, a que foi dado o título de «Um olhar tridimensional sobre as Doenças Neurodegenerativas».

A iniciativa é da Alzheimer Portugal e apresenta um programa extenso e diversificado, contando com alguns dos melhores especialistas na área das doenças neurodegenerativas e que estão em crescendo em Portugal.

Assim, a sessão de abertura solene dos trabalhos está agendada para as 9h30, seguindo-se a sessão de boas-vindas, a cargo de Pedro Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, José Carreira, presidente da Associação Alzheimer Portugal, Francisco Lourenço, delegado do Médio Tejo da Associação Portuguesa de Parkinson, e de Palmira Batista, presidente da Associação Movimento Esclerose Múltipla do Médio Tejo.

Seguir-se-á o início dos trabalhos, com o 1º Painel, denominado «Um olhar tridimensional: Convergências e divergências nas doenças neurodegenerativas», que terá a moderação de Isabel Ambrósio, diretora do Serviço Neurologia do Centro Hospitalar Médio Tejo.

Rui Pedrosa, chefe do Serviço de Neurologia do Hospital dos Capuchos, de Lisboa, explanará acerca das «Doenças neurodegenerativas», para depois Manuel Domingos, neuropsicólogo no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, e Hugo Miragaia, professor do Departamento de Fisioterapia da Escola Superior de Saúde de Alcoitão, abordarem «A importância da intervenção e reabilitação nas doenças neurodegenerativas».

Ainda da parte da manhã, o 2º PAINEL tem por tema «O futuro começa hoje», com Paula Guimarães, da Fundação Montepio, como moderadora.

«Como prevenir as doenças neurodegenerativas» é o título da preleção de Isabel Alonso, neurocientista no Centro Genético Preditivo e Preventivo IBMC - i3S, da Universidade do Porto,

seguinte-se a reflexão de Filomena Girão, advogada da FAF e responsável pela Área do Direito da Saúde, sobre «Os direitos de hoje e os de amanhã das pessoas com doenças neurodegenerativas».

A fechar o período matinal, haverá tempo de debate, onde os presentes poderão esclarecer algumas dúvidas e aprofundar conhecimentos junto dos preletores convidados.

A abrir o turno da tarde, sob moderação de Manuel de Matos, psicólogo e psicanalista, Idalina Aguiar, doente de Alzheimer, João Pedro Belo, doente de Parkinson, e Manuel António Subtil, doente de Esclerose Múltipla lançarão «Um olhar introspetivo: viver com a doença neurodegenerativa», testemunhos integrados no 3º Painel subordinado ao tema «Dar voz: transformações na identidade e qualidade de vida das pessoas com doenças neurodegenerativas».

De seguida, os participantes no Encontro abordarão o tema dos cuidadores no 4º Painel, intitulado «Cuidar de quem cuida – familiares e cuidadores formais: uma prioridade», que terá a moderação do cuidador Fernando Correia.

Enquanto Pedro Carvalho, cuidador de um doente de Alzheimer, Elsa Duarte Curado, cuidadora de um doente de Esclerose Múltipla, e Alice Fonseca, cuidadora de um doente de Parkinson, darão o seu testemunho em «O cuidador nas doenças neurodegenerativas», Pedro Machado dos Santos, psicólogo clínico da Unidade de Investigação e Formação sobre Adultos e Idosos do ICBAS-UP, abordará «A importância da resiliência psicológica e gestão de stresse dos cuidadores».

Já o 5º Painel, «Que paradigma de cuidados para o futuro das instituições?», com moderação de Tiago Leite, diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Santarém, terá como oradores Joaquim Ferreira, neurologista do Campus Neurológico Sénior de Torres Vedras, e Maria João Quintela, membro da Direção da CNIS, que elaborarão sobre «Acolher e cuidar: adaptação dos serviços às especificidades das doenças neurodegenerativas».

Com moderação de Patrícia Matos, jornalista da TVI, o 6º Painel aborda a «Sensibilização, divulgação e intervenção nas doenças neurodegenerativas».

Aqui será tratado «O papel do Poder Local», pelos presidentes da Câmara Pedro Ferreira (Torres Novas) e Pedro Ribeiro (Almeirim), e «O papel dos Media», por José Alberto Carvalho e Fernando Correia, ambos jornalistas da TVI.

O encerramento do I Encontro Nacional Alzheimer, Parkinson e Esclerose Múltipla estará a cargo de Manuel Lopes, coordenador Nacional dos Cuidados Continuados Integrados, Pedro Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, Elvira Sequeira, vereadora da Ação Social da Câmara Municipal de Torres Novas, e Tiago Leite, diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Santarém.

A inscrição está aberta até ao dia 13 de outubro, tendo um custo de 12,50 euros. Os interessados devem descarregar a ficha de inscrição em http://alzheimerportugal.org/public/files/ficha_de_inscricao_i_encontro_nacional_edit.pdf, devendo, após preenchimento, enviá-la, juntamente com o comprovativo de pagamento, para o email:

1encontronacional.torresnovas@gmail.com.

Os dados para pagamento da inscrição são os seguintes:

Transferência bancária - IBAN: PT50003521660002157093018;

Depósito bancário - N.º Conta: 2166021570930; Cheque à Ordem de Alzheimer Portugal.



ASSOCIAÇÃO DO MONTE PEDRAL, PORTO

Almeida e Sousa distinguido com o galardão «Ajudar Faz Bem»

Francisco de Nápoles Ferraz de Almeida e Sousa foi o homenageado do galardão «Ajudar Faz Bem» 2017, distinção atribuída pela Associação do Monte Pedral, do Porto.

Nascido a 28 de julho de 1921, o engenheiro Almeida e Sousa foi alvo da homenagem da Associação do Monte Pedral, no dia em que celebrou 96 anos.

“Homem que muitos ajudou e fez bem no associativismo empresarial e no coletivismo social, o homenageado foi ainda vereador, deputado, empresário e gestor em várias empresas, com destaque para a EDP e para a Associação Empresarial de Portugal”, destaca a instituição

promotora da iniciativa.

Para além disto, “Almeida e Sousa foi sempre um cidadão dedicado à cultura, ao empreendedorismo e à solidariedade, tendo sido igualmente dirigente de várias associações e instituições, com especial destaque para a UDIPSS Porto e para o Lar Nossa Senhora do Livramento”.

Assim, no dia 28 de julho, no decorrer de um jantar-convívio realizado no Palácio do Freixo, no Porto, foi atribuído o primeiro galardão «Ajudar Faz Bem» com uma peça artística exclusiva da autoria do arquiteto António Machado.

“Numa sociedade cada vez mais desumanizada e com menos tempo para o outro, é muito

importante parar para pensar e elogiar o bem que se vai fazendo, porque ajudar faz bem”. Foi com base neste pensamento que a Associação do Monte Pedral instituiu, no seu 140º aniversário, o galardão «Ajudar faz Bem», que irá anualmente distinguir uma personalidade ou pessoa da cidade do Porto que se tenha empenhado e destacado no apoio à família. Este galardão é como que o corolário da missão da instituição, homenageando e perpetuando quem ajudou e fez bem ao longo da vida.

O júri 2017 foi constituído por Francisco Carvalho Guerra, Rui Carvalho Pedroto, padre Lino Maia, Maria de Fátima Graça e Paulo d’Almeida Santos.

CASA DO POVO DA ABRUNHEIRA, MONTEMOR-O-VELHO

«Jogo da Liberdade» ajuda os mais velhos e ensina os mais novos

A Casa do Povo da Abrunheira, concelho de Montemor-o-Velho, acolheu nas suas instalações um grupo de crianças e seus monitores para um conjunto de atividades lúdicas e pedagógicas, uma iniciativa no âmbito do programa de «Férias Desportivas», promovido pela autarquia do distrito de Coimbra.

Acompanhadas por técnicos da IPSS da Abrunheira, que auxiliaram na explicação e desenvolvimento das atividades, a visita pretendeu proporcionar momentos lúdicos às crianças, promover a interatividade com os seniores da Casa do Povo e, em simultâneo, testar e divulgar alguns jogos e atividades que a IPSS do concelho de Montemor-o-Velho se encontra a desenvolver.

O «Jogo da Liberdade» é um jogo de tabuleiro, desenvolvido pela Casa do Povo de Abrunheira, que tem o propósito de se constituir como uma ferramenta integrada nas estratégias desenvolvidas pela equipa de saúde da instituição em acompanhamento e tratamento integrado da doença de Alzheimer, demências e equiparadas, estando ainda em fase de protótipo.

O jogo já foi testado aquando da Festa da Cereja perante um público sénior e agora perante uma faixa etária infanto-juvenil, conforme estava preconizado na estratégia inicial da sua conceção. O jogo consiste em testar conhecimento de uma forma lúdica, lembrando ou promovendo a sua aquisição, baseado na temática da Revolução de 25 de abril de 1974.

As conclusões do teste serão analisadas sobre a visão da psicologia e adaptabilidade a diferentes públicos.

Por outro lado, foi proporcionado aos mais jovens a prática do Boccia Sénior, uma das modalidades de sucesso em que a Casa do Povo de



Abrunheira tem apostado como forma de promoção da interação social e prática de exercício físico entre os seus idosos.

Os resultados desportivos têm aparecido e projetado a instituição e Montemor-o-Velho a nível nacional. O objetivo passou por promover o boccia entre os mais novos, numa atividade em que interagiram com os seniores praticantes da modalidade. E o certo é que deixaram no ar muitas boas indicações desportivas com jogos bem competitivos!

Inserida na iniciativa «Mostr'Arte 2017», exposição de arte urbana que pode ser apreciada livremente no interior e no exterior dos vários edifícios que fazem parte da instituição, a Casa do Povo levou as crianças que integram «Férias desportivas» a deixarem marca da sua presença, numa criação supervisionada pelo artista António Conceição.

Também estes trabalhos foram integrados na mostra patente ao público.

WORKSHOP DE GELADOS

Numa outra iniciativa, a Casa do Povo de Abrunheira realizou o primeiro de um ciclo de workshops que vão decorrer ao longo do verão.

Direcionado para a partilha intergeracional, a iniciativa denomina-se, de forma genérica, workshops «Pais&Filhos, Avós&Netos» e na primeira ação consistiu na preparação de «Gelados e sobremesas empratadas». No final, saltou à vista que o trabalho em equipa e a cooperação são excelentes parceiros e ainda revelou alguns verdadeiros Masterchefs.

Sob orientação técnica da formadora Cátia Curado, o próximo workshop tem já inscrições abertas e vai ser sobre «Confeção de salgados diversos e técnicas de preparação de recheio».

É o chamado verão delicioso!

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA

Celebração intergeracional para assinalar 499 anos de vida

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança (SCMB), a maior e mais antiga IPSS do concelho transmontano, comemorou 499 anos de vida e de apoio à população.

O aniversário foi no passado dia 6 de julho, mas a festa teve o propósito de envolver a comunidade e, por isso, houve um dia preenchido de atividades várias, bem no centro da cidade.

Num espaço que convidava à participação dos brigantinos, estiveram presentes utentes e colaboradores de todas as respostas sociais da Santa Casa.

Destaque para diversos rastreios de saúde, com os profissionais da instituição a procederem a várias avaliações, como à tensão arterial, glicémia, colesterol ou índice de massa corporal, e ainda sessões gratuitas de fisioterapia.

Além da vertente de saúde, a celebração do 499º aniversário promoveu igualmente atividades promotoras da intergeracionalidade, juntando

as crianças do Espaço Infantil e os seniores do Espaço Sénior e do Espaço Ambiental.

Paralelamente, decorreu um torneio de futsal quadrangular reunindo diferentes IPSS da região, com a equipa da Misericórdia de Bragança a sagrar-se campeã, pelo que o troféu ficou em (Santa) Casa.

Depois de cortado o bolo de aniversário, no Museu Etnográfico Dr. Belarmino Afonso, com a presença do Provedor Eleutério Alves, elementos dos órgãos sociais, trabalhadores da instituição e diversas entidades públicas, a festa encerrou, já à noite, com a atuação do Grupo Intergeracional da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, que conta com cerca de 80 elementos, e o Grupo de Danças, do Centro de Educação Especial, resposta da instituição para a área da deficiência.

Foi um dia bastante intenso com diversas atividades e iniciativas que evidenciaram o dinamismo da maior e mais antiga IPSS do concelho de



Bragança, que agora inicia o 500º ano de vida. Um caminho marcado por uma política de solidariedade e entajuda com a comunidade e um importantíssimo trabalho nas áreas da Saúde, Educação e Ensino, Cultura, Deficiência e promoção da qualidade de vida dos 1.200 utentes que diariamente, dependem, da Santa Casa.



DECRETO-LEI N.º 84/2017

Simplificação dos procedimentos de restituição de IVA às IPSS

Foi publicado o Decreto-Lei n.º 84/2017 que simplifica os procedimentos de restituição de IVA às instituições particulares de solidariedade social, às Forças Armadas, às forças e serviços de segurança e aos bombeiros.

É a concretização de uma medida do Programa SIMPLEX+ 2016, simplificando os procedimentos de restituição de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) às associações de bombeiros, às Forças Armadas, forças e serviços de segurança, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e às instituições particulares de solidariedade social, o que exige uma revisão dos regimes previstos nos Decretos-Leis n.os 20/90, de 13 de janeiro, e 113/90, de 5 abril.

Aqueles diplomas, embora sucessivamente revistos ao longo das últimas décadas, têm por base procedimentos burocráticos de validação e submissão de faturas e outros documentos de suporte em papel.

A implementação de um sistema eletrónico de restituição de imposto sobre o valor acrescentado (IVA), aplicável não só aos bombeiros e às instituições particulares de solidariedade social, mas também às Forças Armadas e forças e serviços de segurança, permitirá tornar mais célere o processamento daqueles pedidos e o consequente pagamento aos beneficiários, aproveitando a informação eletrónica de faturação já recebida pela Autoridade Tributária e Aduaneira, reduzindo ainda os custos administrativos do processo.

São apenas atualizados os limites legalmente definidos à restituição do IVA, designadamente quanto ao valor mínimo por fatura e aos tipos de aquisições de bens e serviços abrangidos em relação a cada categoria de beneficiário, à exceção dos bombeiros e das Forças Armadas e forças e serviços de segurança cuja possibilidade de restituição é ampliada.



A Chama da Solidariedade está em Setúbal até junho 2018, altura em que se realizará a XII Festa da Solidariedade, iniciativa da CNIS que tem como principal parceiro, em 2018, a UDIPSS Setúbal. Recebida da UIPSS Madeira no final da pretérita Festa da Solidariedade, a flama solidária foi simbolicamente entregue à Câmara Municipal de Setúbal, na pessoa da sua presidente Maria das Dores Meira, que a confiou à Caritas Diocesana de Setúbal, para que possa encetar a viagem por todos os concelhos do distrito de Setúbal.





GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS
(Licenciamento e SaaS)

PLATAFORMAS WEB, PORTAIS e SOLUÇÕES DE DESIGN

ECONOMIA SOCIAL

SOFTWARE ESPECÍFICO

MAIS DE 3000 CLIENTES

PROCESSOS CHAVE	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS	IMOBILIZADO	UTENTES	SÓCIOS	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS	ÁREA SAÚDE	PORTAL SOCIAL
RECURSOS HUMANOS	CONTABILIDADE	STOCKS, ECONOMATOS, COZINHAS E LAVANDARIAS	CLÍNICA	INTERNAMENTO	DIREÇÃO		
ESCALAS DE SERVIÇOS	TESOURARIA	SALÁRIOS	PROCESSO CLÍNICO	BLOCO OPERATÓRIO	FUNCIONÁRIOS		
APOIO DOMICILIÁRIO	VIATURAS	MAILING	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	RESPONSÁVEIS DOS UTENTES			
					LIVRO DIGITAL "MEMO"		

FORMAÇÃO'17
consulte já as novidades em www.f3m.pt




F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda



APCC – ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

Sandra Semedo, a papa-medalhas da tricicleta mundial

Sandra Semedo conquistou uma medalha de ouro e outra prata no Campeonato do Mundo de Tricicleta, que se disputou, no mês de julho, na Dinamarca. A triciclista da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) é agora campeã mundial da categoria RR2 nos 400 metros e vice-campeã nos 200, tendo ainda obtido um ótimo quarto lugar nos 100 metros, tendo ficado a escassos centésimos de segundo do pódio.

A atleta Sandra Semedo, de 29 anos, junta, assim, estas duas medalhas às três já conquistadas no ano passado na Taça do Mundo de Tricicleta (designação anterior da competição), confirmando-se como um dos grandes nomes desta modalidade a nível mundial. A atleta da APCC é ainda a atual campeã de Portugal de todas as distâncias da sua categoria e detentora de sete recordes portugueses nas classes RR2 e RR3.

Na opinião de Ana Nunes, treinadora de todos os triciclistas da APCC e selecionadora nacional da modalidade, Sandra Semedo “é um caso de exceção” e explica: “Nós vamos lá fora e competimos com atletas extraordinários, mas são atletas que têm as condições todas e têm tricicletas topo de gama. Nós treinamos com tricicletas do primeiro modelo que surgiu no mercado. Aliás, no ano passado ficou toda a gente espantada porque ainda competíamos com tricicletas daquelas. Mesmo não tendo aquelas condições, mesmo com uma tricicleta das antigas, ela consegue resultados. As pessoas diziam-me lá na Dinamarca que se com aquela tricicleta ela tem os resultados que tem, com uma atual ganhava tudo”.

O objetivo de Sandra é “chegar mais longe e continuar a trazer medalhas para Portugal e para a APCC”, recordando que, mais esta ida à Dinamarca “foi uma experiência boa” e que “algumas das adversárias eram muito fortes”.

Foi em 2012 que a relação de Sandra Semedo com a tricicleta começou, algo que até ali ela desconhecia.

“Foi em 2012 que me perguntaram se eu queria experimentar a tricicleta e eu disse que sim. Comecei por fazer uns treinos e depois participei em uma prova em Lisboa”, recorda, acrescentando: “Nunca tinha visto uma tricicleta e quando me perguntaram se eu queria experimentar eu disse que sim”.

Apesar de ter começado a praticar a modalidade em 2012, a atleta apenas em 2015 conseguiu a nacionalidade portuguesa.

“Por causa disso é que só no ano passado fomos a primeira vez à Dinamarca e, a partir de agora, em princípio, será sempre a somar”, sustenta Ana Nunes, que recorda o percurso da atleta da APCC: “A Sandra quando começou fê-lo pela classe RR3 (Race Runner 3) e não havia em Portugal mais ninguém nessa classe, ou seja, ela tinha que correr com os da classe RR2, quando havia provas, por ser a única da classe RR3”.

Para se poder participar nas competições internacionais há uma classificação médica e, em 2016, Sandra Semedo desceu de classe, passando para RR2, ou seja, passou para a classe em que estão todos os demais atletas portugueses.

“Para nós é bom, porque é uma classe mais

baixa, o que para ela é melhor, porque as atletas da RR3 são muito mais rápidas do que a ela e, como este ano foi novamente classificada em RR2, passa a ficar nesta classe de forma definitiva”, revela a treinadora, satisfeita ainda por assim a sua atleta, a nível interno, passar a disputar provas na mesma classe dos demais atletas.

A Taça do Mundo passou a Campeonato do Mundo, mas a competição é a mesma e tem periodicidade anual. Em 2018 haverá também os Jogos Mundiais, em Barcelona, e uma dúvida paira no ar: “Ainda não sabemos se vamos participar nas duas competições, porque em termos financeiros ainda não sabemos qual é a situação, mas à partida, se nos deixarem, vamos às duas”.

A dúvida subsiste, até porque quem suporta todos os custos é a PCAND – Paralisia Cerebral Associação Nacional de Desporto.

Em termos de preparação, Ana Nunes deixa grandes elogios a Sandra Semedo, que treina três vezes por semana, aproximadamente uma hora e meia por dia. No entanto, sempre que a treinadora acha necessário, o treino é complementado com trabalho de ginásio e reforço muscular.

Mas nem tudo são rosas no dia-a-dia desportivo desta atleta que só sabe ganhar.

“Ela treina comigo, mas eu não sou treinadora exclusiva da tricicleta, portanto tenho que dar resposta a outras modalidades que temos na casa”, explica Ana Nunes, que indica ainda um outro grande obstáculo à preparação da campeã do Mundo: “O que se passa é que na APCC só temos duas tricicletas, o que limita muito, pois só posso treinar, em simultâneo, dois atletas. Isso reduz o tempo de treino de alguns, embora nem todos tenham as capacidades da Sandra. Para ela, em termos competitivos, é mais complicado, porque nunca tem alguém no treino que lhe faça frente. Sempre que temos uma prova em Lisboa, que é uma vez por ano, ou em Coimbra, que agora realizamos sempre uma em Novembro, são as alturas em que consigo compará-la com outros atletas e ver um pouco como estamos na modalidade aqui em Portugal”.

A selecionadora nacional constata que “a Dinamarca é um mundo à parte”, porque “eles têm tricicletas fantásticas e depois usam a tricicleta como meio de transporte diário, o que facilita a preparação, pois estão sempre a treinar”.

Pouco faladora, Sandra Semedo sempre vai dizendo que “competir é muito bom” e que na pista tem “sensações boas”.

Já para a treinadora, “a competição é fundamental, porque andar a treinar é ótimo, mas correr ao lado de pessoas que correm tanto ou mais do que nós é fundamental, pois só assim se consegue avaliar onde se consegue melhorar”.

E a verdade é que após este último Campeonato do Mundo, Sandra vai experimentar outras distâncias, que Ana Nunes considera serem mais apropriadas para a atleta.

“Depois destas competições, apercebemo-nos que devemos apostar noutra tipo de provas, porque estávamos a apostar em provas curtas e já reparámos que não dá, porque as adversárias são muito mais rápidas do que a Sandra”, sustenta,



revelando: “Deu para ver que temos que apostar nas provas longas, porque em termos de resistência a Sandra é muito forte. Ela é capaz de estar meia-hora a rolar na pista, mas em termos de velocidade e de arranque as outras ganham-lhe facilmente”.

Em tricicleta as distâncias de competição são os 100, 200, 400, 800, 1.500 e 5.000 metros e, apesar de em Portugal, até à data, só haver provas até aos 800 metros, “a partir de Setembro, a Sandra vai começar a treinar para os 800, 1.500 e 5.000 metros e logo se vê”.

Esta aposta é ainda consubstanciada no que a treinadora observou na Dinamarca: “Nas provas de 1.500 e 5.000 metros da classe da Sandra só estavam duas atletas e até houve um recorde do Mundo nos 1.500 metros. Penso que é um tempo alcançável por ela. Vamos treinar e vamos ver como corre”.

Incansável no treino e senhora de uma capacidade fora do comum, Sandra “nunca se sente cansada”, diz a treinadora: “Quando por vezes treinamos 800 metros e acho que o tempo foi mau, ela quer repetir. Ou seja, ela faz as vezes que eu quiser até gostar do resultado. E isto não é para todos, porque há atletas que fazem 200 metros e, de seguida, não conseguem correr outra vez e melhorar o tempo. No caso da Sandra é rara a vez em que ela me diz que está cansada, mesmo no final dos treinos”.

PARQUE RARÓ

Natureza e atividades radicais para todas as pessoas

“O Parque Raró não é um espaço só para pessoas portadoras de deficiência, é para todas as pessoas, só que desta vez as pessoas com deficiência não são esquecidas”, explica Maria José Simões, responsável pelo Polo Rural do MADI, em Ferreiró, que em junho inaugurou aquele que é o primeiro parque em Portugal que permite a pessoas portadoras de deficiência praticarem atividades radicais, como slide, escalada ou arborismo. E para que o encanto pela natureza não esmoreça, também tem borboletas e... fadas!

Não fosse por mais nada, só de ver a alegria esufiante e o sorriso rasgado de Rogério Gonçalves, 53 anos, do Castelo da Maia, a descer no slide já valia a pena a visita ao Parque Raró. O administrativo de um parque de estacionamento na Maia tem mobilidade reduzida e, depois de uma vida quase inteira a deslocar-se com umas muletas, há cinco anos que se transporta numa cadeira de rodas, isto depois de uma meningite lhe roubar as pernas ainda criança.

“Nasci normal, mas tive meningite. Dantes tinha umas ortóteses e andava com umas muletas, que larguei há uns cinco anos. Era bastante cansativo, mas com a cadeira de rodas descobri um outro mundo. Com a cadeira vou a todo o lado e até no trabalho me facilita a mobilidade”, conta Rogério Gonçalves, ainda ofegante dos festejos após a descida «vertiginosa», que a mãe, também presente, assistiu bastante preocupada.

Tudo tranquilo, porque tudo está preparado para todas as condições físicas dos aventureiros.

Rogério viu uma reportagem na televisão e não quis deixar passar o arranque das férias sem visitar o Parque Raró, uma aposta do MADI – Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual, de Vila do Conde, em algo que possa ser usufruído por todas as pessoas. Ou seja, quem tem mobilidade reduzida e quem não tem, ou quem seja portador de deficiência ou não.

“Como isto é uma novidade para quem tem a mobilidade reduzida, é algo de louvar, porque é um espaço tão bonito, com atividades que todos nós sonhamos e que nunca pensamos que possa ser realidade”, congratula-se o visitante vindo do Castelo da Maia, juntamente com alguns familiares, deixando uma crítica: “Fazem tudo para os ditos normais e nós ficamos sempre aquém das expectativas, porque nunca fazem nada para nós. Agora é diferente”.

E sobre a experiência no slide, Rogério, de olhos brilhantes e arregalados, avalia e deixa um desafio: “A sensação é indescritível, porque



a altura é algo que nos faz abanar por dentro. Convido toda a gente que gosta de novas sensações a vir visitar este parque. Foi a primeira vez que fiz slide e nunca pensei que aqui tão perto pudesse ver este sonho concretizado”.

Recorde-se que o MADI é uma instituição que, há 40 anos, faz atendimento direto à população portadora de deficiência mental do concelho de Vila do Conde. Iniciou atividade em 1982, com uma resposta educativa, mais tarde, em 1995, com um Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), a seguir surgiu a Formação Profissional, o Lar Residencial e ainda uma Clínica de Fisiatria e Fisioterapia.

Como as famílias continuavam a procurar a instituição, as listas de espera continuavam a aumentar e a instituição não conseguia responder a mais pessoas na sede na Azurara, então, o MADI adquiriu um terreno em Ferreiró, cerca de 20 mil metros quadrados, onde, em cerca de seis mil, construiu o Polo Rural, onde



tem um CAO, um Lar Residencial, uma piscina (para usufruto dos utentes e que ao fim dos dias e aos fins-de-semana abre à comunidade) e ainda um jardim, uma horta e um pomar.

Separado por uma rede estão, então, os restantes cerca de 23 mil metros quadrados, ou seja, o Parque Raró.

“É um parque diferente, onde os nossos

utentes pudessem usufruir de tudo aquilo que, à partida, lhes está vedado. Por exemplo, por vezes, quando fazemos um passeio e eles querem fazer uma atividade mais radical, não podem! Por isso, sentimos a necessidade de criar algo para eles”, explica Maria José Simões, coordenadora do Polo Rural do MADI, mas esta não é a única razão: “Como também precisamos sempre de inovar e criar mais atividades para mantermos os utentes ocupados ao longo do dia, estas atividades mais viradas para a natureza, para o rural, para cuidar da terra também são muito interessantes e beneficiam muitos os nossos utentes”.

E porque a sustentabilidade da instituição é um objetivo permanente, “a rentabilização do investimento, algo que a Direção não esquece, está sempre presente”.

Sobre o “parque natural com equipamentos de lazer”, a responsável faz uma visita guiada pelo espaço para que se possa perceber a variedade e princípio inclusivo que norteia o Parque Raró: “Assim que se entra no Parque temos uma alameda cheia de plantas aromáticas, como caril, tomilho, sálvia, tudo para apelar aos sentidos. Temos um Recanto das Fadas, que é um espaço muito bonito onde foram colocadas, nos troncos das árvores, janelas e portas para dar a ilusão que lá moram fadas. Isto, inclusive as fadas penduradas nas árvores, tudo feito nas salas de atividades pelos utentes e técnicos. Depois, temos a parte do arborismo, que pode ser desfrutado por pessoas com deficiência, inclusive em cadeiras de rodas e cegos, com um circuito de pontes entre árvores. Há ainda um percurso mais elevado para aqueles que são mais aventureiros e que requer um pouco de mais apetência física. Temos ainda a parede de escalada, que as pessoas cegas podem fazer, enquanto as de cadeiras de rodas são içadas, e na parte de cima temos o slide, que todos podem fazer, inclusive os de cadeira de rodas, que são içados por um guincho. Esta é uma experiência, de momento, única no País em que os portadores de deficiência física podem fazer slide”.

Mas porque está inserido num local campestre, banhado pelo rio Ave, o parque tem toda uma vertente rural.

“Temos uma quinta pedagógica, que denominamos de Aldeia dos Animais, onde temos umas casas construídas pelo nosso carpinteiro e pintadas pelos utentes e funcionários, onde estão cabras, galinhas e uma égua. Temos ainda um picadeiro e um celeiro, onde se guardam os materiais de trabalho no parque, e uma pequena horta, onde os grupos que nos visitam podem experimentar a colher ou a plantar produtos”, explica, entusiasmada Maria José Simões, prosseguindo a descrição: “Este é um espaço vivo, por isso ainda há coisas a trabalhar e a desenvolver, como o espaço sensorial, já mais perto do rio Ave, que passa mesmo junto à zona mais baixa do terreno. O Jardim dos Sons, onde temos, entre as árvores, xilofones e espanta-espíritos, tudo instrumentos feitos na casa pelos utentes e funcionários. Ao lado, há um borboletário, uma grande paixão da nossa diretora Elisa Ferraz. É um espaço muito bem conseguido, que não choca minimamente com a natureza, coberto com uma rede, em que a ideia é que as



peças possam entrar e estar rodeadas por um jardim onde andam borboletas. Iremos ter seis espécies de borboletas, fruto de um protocolo com o Pólo de Vairão, da Universidade do Porto, cujos especialistas nos dão o know-how sobre que plantas lá colocar para atrair e alimentar as borboletas. O espaço inclui uma espécie de maternidade, um pequeno laboratório, onde será possível observar todo o processo de desenvolvimento de uma borboleta, algo muito pedagógico e interessante”.

Mas isto não é tudo: “Temos ainda um lago, já habitado pelas rãs, que dão o nome ao parque. Raró vem de rã de Ferreiró! Temos também um percurso sensorial que vai ser aumentado, onde as pessoas descalças podem percorrê-lo e sentir as diferentes texturas e ter diferentes sensações. Obviamente, um parque de merendas e uma vista fantástica para o rio Ave e ainda uma variedade de espaços e recantos para simplesmente estar em contemplação ou a ler um livro rodeado pela natureza”.

A construção do Parque Raró contou com a colaboração não apenas de toda a família MADI, de dirigentes a utentes, de técnicos a funcionários, mas também da comunidade de Ferreiró, que deu animais, plantas e árvores, deu tempo e emprestou tratores e que desde a primeira hora acolheu o MADI de braços abertos.

“O Parque Raró não é um espaço só para pessoas portadoras de deficiência, é para todas as pessoas, só que desta vez as pessoas



com deficiência não são esquecidas. Está aberto à comunidade e, durante a semana, funciona apenas por marcação, essencialmente com instituições, escolas e colónias de férias, e aos fins-de-semana está aberto ao público das 10h00 às 19h00. A única coisa que pedimos é que se quiserem fazer alguma das atividades como arborismo, slide ou escalada que façam marcação, porque requer a presença de vários monitores”, esclarece Maria José Simões.

Inaugurado a 18 de junho, o Parque Raró é já uma sensação, com grande exposição mediática e que todos os dias tem recebido visitantes sedentos de fazer atividades radicais, ou simplesmente para passar um bom bocado num local idílico no seio da natureza.

PADRE JOSÉ MAIA

jose.maia@cic.pt

Dignidade e direitos humanos

A legitimação dos direitos humanos reside na “dignidade” que habita em cada pessoa!

Vivemos tempos conturbados em que a supremacia do poder económico e financeiro sobre o poder político se vai impondo, atirando para as periferias da pobreza e das várias exclusões e marginalizações (sociais, religiosas, económicas e também de discriminação social), de milhões de crianças, de milhões de pessoas vítimas de guerras, de enriquecimentos ilícitos, de refugiados expulsos da sua terra, de escravos sexuais, de violência doméstica, de pobreza extrema.

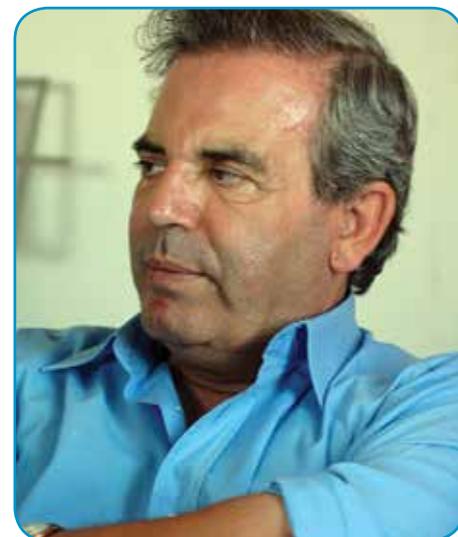
Entre os muitos direitos protegidos em todas as legislações de cada país, devem merecer inequívoca prioridade os “direitos humanos”. Mas isso, infelizmente não acontece! Aliás, e muito recentemente, as imagens que nos chegam da Venezuela mostram uma “multidão de humanos sem direitos”!

Urge alertar as consciências e os legisladores, governantes e empresários, educadores/professores e órgãos de comunicação social no sentido de os fazer acreditar que a “fonte última dos direitos humanos não se situa na mera vontade dos seres humanos, na realidade do Estado, nos poderes públicos, mas sim, no próprio Homem”. Tais direitos são “universais e invioláveis”!

São universais, porque estão presentes em todos os seres humanos, sem exceção alguma de tempo e lugar.

São invioláveis, enquanto inerentes à pessoa humana e à sua dignidade e seria vão proclamar os direitos e, ao mesmo tempo, não se enviares todos os esforços a fim de que seja devidamente assegurado o seu respeito por parte de todos, em relação seja a quem for!

São inalienáveis, na medida em que ninguém



pode legitimamente privar destes direitos um seu semelhante, seja ele quem for, uma vez que significaria violentar a sua natureza!

Todos estes direitos tocam todas as fases da vida e todo o contexto político, social, económico e cultural. Constituem um conjunto unitário, visando resolutamente a promoção do bem em todas as dimensões da pessoa e da sociedade!

SOLIDARIEDADE e DIREITOS HUMANOS devem caminhar juntos.

Seria muito bom que buscássemos na credibilidade daquilo que fazemos “autoridade moral” para denunciarmos os atentados aos direitos humanos que, por vezes, presenciamos!

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA

ajsilva@sapo.pt

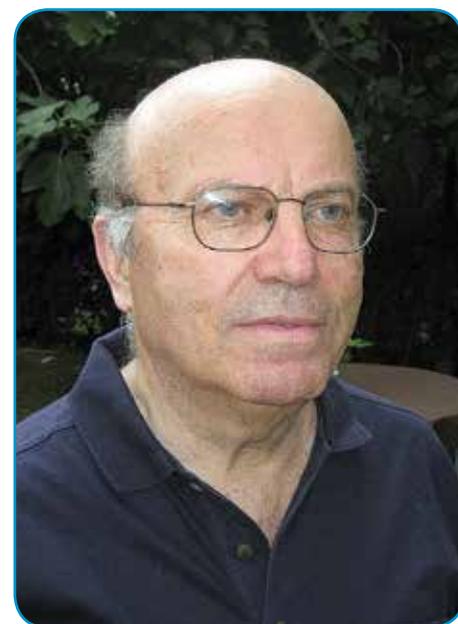
Estados Unidos e Rússia: uma relação menos clara

Nos anos que mediaram entre o fim segunda guerra mundial e o desaparecimento da União Soviética, as relações entre a Rússia e os Estados Unidos foram sempre muito claras. Eram relações próprias de países inimigos, que buscavam a liderança do mundo à frente de dois blocos políticos e militares, a NATO e o Pacto de Varsóvia. Apesar disso, nunca chegaram a cortar relações, conseguindo mesmo superar crises circunstanciais problemáticas, como aconteceu na chamada crise dos mísseis. Eram inimigos que conheciam bem os perigos que poderiam advir do agravamento dessas relações. De tal modo que até acordaram na instalação de um “telefone vermelho” para usar em momentos maior tensão.

Com o desaparecimento da URSS e a consequente crise social, política e militar que se abateu sobre a Rússia, esta perdeu o estatuto de superpotência de que gozara ao longo quase cinquenta anos. Foi uma crise que durou até Vladimir Putin chegar ao poder e iniciar o processo de recuperação política, económica e militar do país. Para alegria e orgulho da maioria

dos russos, Moscovo pôde, desde então, encarar Washington sem qualquer complexo de inferioridade. De qualquer modo, as relações com os Estados Unidos não voltaram propriamente ao tempo da chamada Guerra Fria, embora nos últimos dias do mandato de Barak Obama, se tenham agravado perigosamente. Na origem desta mudança estiveram as graves sanções que foram impostas à Rússia, por causa da Crimeia, e depois a alegada interferência de Moscovo na última campanha eleitoral para a presidência norte - americana.

Mesmo tendo um carácter nacional, qualquer eleição interessa sempre a outros países, sobretudo quando há o receio de os seus resultados significarem alterações que podem ser positivas ou negativas para esses mesmos países. De qualquer modo, esse interesse não chega, geralmente, ao ponto de levar a ingerências mais ou menos visíveis nos respectivos processos eleitorais. Ora, pelo menos aparentemente, a Rússia terá cometido essas ingerências na campanha que levou Donald Trump à Casa Branca.



Acrescente-se, no entanto, que esta acusação insistente dos responsáveis do partido democrata americano atinge mais o novo inquilino da Casa Branca do que propriamente o Kremlin. Tudo porque membros da sua equipa de campanha, e mesmo da sua família, são acusados agora de terem procurado ou, pelo menos, terem “aceite” essas alegadas ingerências. Pode assim dizer-se que após a chegada Donald Trump ao poder, as relações entre os Estados Unidos e a Rússia não ficaram piores nem melhores do que já eram. Ficaram, isso sim, mais confusas, como se pode concluir das diferentes reacções da Casa Branca e do Senado a um possível endurecimento das sanções norte-americanas contra a Rússia. E, nesta matéria, a confusão é sempre um perigo.

HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do
Centro Social de Ermesinde*

Esquerda, direita, volver

1 - Há cerca de 20 anos, o meu amigo Pedro Bacelar de Vasconcelos, então Governador Civil de Braga, ficou conhecido da generalidade dos portugueses pela forma corajosa como defendeu uma família cigana de Oleiros, em Vila Verde, que aquela comunidade queria expulsar de terras que eram suas.

No seu próprio partido, o Partido Socialista, muitos houve, mesmo dirigentes, que não se sentiram confortáveis com a defesa, pelo Governador Civil, de um grupo minoritário e malquerido – desconforto esse devido, nuns casos, a convicções discriminatórias próprias; e, noutros casos, a razões mais pragmáticas: ao temor de que o apoio a uma minoria geralmente olhada com receio e suspeição pudesse afastar votos em eleições locais.

Estive na homenagem que lhe foi prestada em 1999, em Braga, quando foi afastado do cargo de Governador Civil, por pressão dos dirigentes e autarcas locais do seu próprio partido, que o não queriam associado à imagem do mesmo partido no território minhoto aquando das autárquicas de 2001.

O então Governador Civil de Braga não excluía que alguns membros da família em questão pudessem ter cometido crimes – pelos quais, de resto, vieram a ser posteriormente condenados em tribunal.

(Esta condenação judicial comprova, aliás, e ao contrário do que sustenta o discurso racista, que a pertença a uma etnia minoritária não constitui protecção contra a condenação criminal.

Pelo contrário, como desvendam as estatísticas.

E o ponto é esse: se quem comete crimes é julgado e condenado, independentemente da raça ou da cor da pele, é porque a igualdade perante a lei funciona e a pretensa impunidade dessas minorias é uma ficção.

Deve ser punido quem, num processo criminal com as garantias próprias das democracias, prevaricou; e deve ser deixado em paz na sua vida quem cumpre as regras.)

Ora, o ponto fulcral com que o então Governador Civil de Braga fundamentou esse episódio de intervenção cívica e política era o de que o comportamento de alguns membros de um grupo social não pode constituir o pretexto para uma condenação ou o ostracismo para todo esse grupo.

É essa desvalorização da eventualidade de quem não cometeu qualquer crime poder ser abrangido por uma expiação genérica, por uma

espécie de culpa colectiva, que define um modo discriminatório de ver o mundo e os outros.

Não é esse, no entanto, para nosso bem, o modo constitucional de nos tratarmos uns aos outros, determinando o artº 13º da Constituição da República Portuguesa que qualquer prejuízo ou privação de direitos, a pretexto da raça ou da religião, é um interdito jurídico.

Mas não é só de um interdito jurídico que se trata.

A igualdade de todos os cidadãos portugueses, perante a lei, mas também nas suas relações uns com os outros, é também um imperativo cívico e moral.

2 – O Dr. Pedro Bacelar de Vasconcelos, hoje deputado socialista, veio de novo recentemente a público, a propósito de um assunto da actualidade, também ele relativo a minorias étnicas.

Presidente da 1ª Comissão Parlamentar, a dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, considerou já não ser tolerável o silêncio das autoridades públicas, nomeadamente do Governo, perante a acusação deduzida pelo Ministério Público contra os elementos da esquadra da PSP de Alfragide, por agressões, dentro da esquadra, contra elementos de uma outra etnia minoritária, proveniente das antigas colónias portuguesas em África, e por falsificação de documentos, para fazer passar a ideia de que a fora a polícia a agredida, não o agressor.

(Está-se mesmo a ver que devem ter sido os 18 polícias a ser agredidos por 6 civis, no interior da esquadra!)

Ainda na crónica do mês passado tive ocasião, neste local, de defender que a situação dos incêndios não deveria conduzir à demissão da Ministra Constança Urbano de Sousa; e recordei a sua especialização e carreira pública em defesa dos direitos humanos como garantia de que, à frente das polícias, e para nosso conforto, estaria uma pessoa mais sensível à defesa de tais direitos do que à exibição gratuita de autoridade.

Recordava também nessa crónica passada um antecessor de Constança Urbano de Sousa à frente do Ministério da Administração Interna, Alberto Costa, no tempo do Governo do Engº António Guterres, que, perante acusações de comportamentos inaceitáveis das forças policiais, não se coibiu de afirmar, enquanto Ministro: “Esta não é a minha polícia!”

(Fora Alberto Costa, vindo para a intervenção política das lutas estudantis contra a ditadura, quem nomeara Pedro Bacelar de Vasconcelos

Governador Civil de Braga.)

Sem prejuízo do conhecimento que só o processo judicial nos trará sobre a verdade dos factos – com a costumeira lentidão com que certamente a Justiça nos dará conta, se der, do que se passou no interior opaco da esquadra -, talvez que uma exclamação como a de Alberto Costa fosse oportuna.

3 - Como referi no início deste texto, foram também interesses, embora ilegítimos, ligados a um processo autárquico que apressaram a saída de Pedro Bacelar de Vasconcelos das funções de autoridade que desempenhava, já lá vão 20 anos.

E foi a propósito das próximas autárquicas que o tema regressou ao debate público, agora em Loures, com um candidato do PSD à Câmara Municipal.

A rejeição do discurso do candidato contra a comunidade cigana tem merecido o repúdio quase unânime das forças políticas – mesmo do CDS, que abandonou com grande ruído a coligação em Loures.

Por maioria de razão, as forças políticas à esquerda do PSD tem tratado o candidato do PSD de acordo com o seu próprio merecimento.

Mas estas forças políticas, suporte de gerinçoa, não deixaram, por seu lado, de reagir, cada qual a seu e divergente modo, numa outra situação da actualidade que, não relevando do racismo, deve no entanto tudo ao populismo – a deriva autocrática na Venezuela, a galope para fora da democracia.

Rejeitados pelo PS, com convicção, e pelo Bloco de Esquerda, com constrangimento, os sucessivos golpes de estado promovidos por Nicolás Maduro para manter o poder contra o voto do povo e reprimir qualquer oposição congregam em Portugal o apoio solitário do PCP, ao lado da China e de Cuba.

4 - Todas estas divergências e coincidências se coligam para nos explicar que as questões verdadeiramente fracturantes da democracia, como as que se fundam na desigualdade e na proscrição, de grupos ou de opositores políticos, bem como no desprezo pelos direitos de todos e pela protecção das minorias, como se vê, atravessam, percorrem e dividem várias áreas – verdadeiramente, todas as áreas - do espectro político.

Não são monopólio da direita.

Não há esquerda ou direita quando se está à margem ...

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S. JACINTO, AVEIRO

Falta de crianças na freguesia pode levar ao encerramento

“Tenho consciência de que, mais ano menos ano, temos mesmo que fechar a porta por não termos utentes”. Quem o afirma é o presidente do Centro Social Paroquial de S. Jacinto, Aveiro, confrontado com a crescente diminuição de população e de crianças na freguesia e a completa falta de empregos que fixem e atraiam novas pessoas. A instituição, para já, sobrevive, mas o futuro não é nada risonho.

Única instituição social da freguesia, o Centro Social Paroquial de S. Jacinto, concelho de Aveiro, vive no limite das possibilidades e lá vai conseguindo manter em cima da corda bamba em que vive há uns anos. As razões são várias, mas as principais passam pela localização e, essencialmente, a falta de crianças, que no futuro ameaça mesmo a continuidade da IPSS.

Situada na ponta de uma língua de terra, a situação geográfica de S. Jacinto mais se assemelha à de uma ilha. Com o mar de um lado, a ria de Aveiro do outro e uma longa estrada de 12 quilómetros até à Torreira, localidade mais próxima pela única via terrestre que existe, a freguesia de S. Jacinto está longe de tudo. E se isso agrava a situação do aglomerado populacional, o maior problema é mesmo a falta de emprego que leva os jovens a não se fixarem, nem tão pouco a atrair nova população.

Este é o cenário traçado pelo padre Abílio Araújo, presidente do Centro Social Paroquial de S. Jacinto, e que o leva a considerar “que, mais ano menos ano, temos mesmo que fechar a porta por não termos utentes”.

De momento, a instituição acolhe 20 crianças em creche, apesar de a capacidade ser de 25, 17 petizes em Pré-escolar e outros 20 no ATL, no que respeita à infância, acolhendo ainda 20 seniores na resposta Centro de Dia.

A IPSS do concelho de Aveiro, que tem a ria a separá-la da sede de concelho e que, noutros tempos, era uma via de comunicação privilegiada, mas hoje é um obstáculo para a freguesia, nasceu em 1982, mas só em 1989 o registo foi publicado em Diário da República, funcionando no salão paroquial e apenas com a resposta social de ATL.

Mais tarde, com a construção do edifício onde funciona ainda hoje alargou as respostas da infância, primeiro com a creche e depois com o pré-escolar, e só mais tarde ainda é que surgiu o Centro de Dia, a única resposta para a terceira idade.

“A necessidade era dar resposta às crianças da escola, que na altura eram muitas”, refere Tânia Almeida, diretora-técnica da instituição.

“Sobre a década de 1980 e 1990, falamos de tempos em que o estaleiro naval estava ativo e vinha muita gente de fora para trabalhar lá. Praticamente toda a gente de S. Jacinto



trabalhava nos estaleiros, ou na área militar, por causa da base aérea que empregava muitos civis, ou até mesmo na extração de areias. E só para os estaleiros vinha muita gente de fora, casais novos que se mudavam para cá. A escola primária tem quatro salas que chegaram a funcionar com desdobramento, hoje falamos de uma sala ou duas”, retrata o padre Abílio Araújo, que prossegue: “O estaleiro faliu, a área militar emprega muito poucos civis e não há empresas que estejam aqui sedeadas. Neste momento, a freguesia vive da restauração e da Junta de Freguesia, em termos de emprego, e o Centro Paroquial é capaz de ser já o maior empregador com os seus 10 funcionários”.

A situação é de tal forma preocupante que o pároco sustenta que “se fosse hoje não se criaria uma IPSS centrada na infância, porque, de facto, não justifica”.

À falta de população, cada vez mais reduzida, à exceção da época alta de verão em que



mais do que duplica, acresce “o nível sócio-económico baixo” da população de S. Jacinto: “Quem cá trabalha na restauração tem salários mínimos, na pesca é o que se sabe, e muitas vezes as pessoas declaram os mínimos, e há ainda os RSI e reformados”.

Obviamente, tal situação reflete-se nas mensalidades a pagar pelos utentes e famílias, que

“são também elas muito baixas”, acrescenta Tânia Almeida.

Por isso, a instituição tem-se debatido com problemas de sustentabilidade.

“É sempre a contar os cêntimos. Temos os nossos compromissos atualizados, porque conseguimos entretanto equilibrar as contas, pois tivemos aí um período de atrasos, até nos vencimentos. Quem mais sofreu foram mesmo os funcionários, porque acabavam por receber mais tarde o que lhes é devido por direito”, afirma o presidente da instituição, deixando um elogio: “Há que realçar a postura dos funcionários que compreenderam a situação e não baixaram os braços. Neste momento falta ainda atualizar um subsídio que está em atraso”.

Para a diretora-técnica, “a instituição sobrevive e é um desafio constante” mantê-la viva.

Perante este cenário, falar de investimentos é algo que soa a distante, muito distante.

“Há sempre receio em arriscar investimentos porque é muito complicado na situação em que a instituição se encontra. Não temos donativos significativos e depois isto é uma comunidade pequena e isolada. Isto é uma ilha isolada e o Centro Social nem sempre é olhado como uma mais-valia para a terra e, por vezes, até é visto como um inimigo. A comunidade desconfia. Por exemplo, temos as pessoas que temos cá a trabalhar, mas há outras pessoas que também precisam de trabalho e isso é-nos cobrado, ou seja, por que é que estão estas e não estão outras?”, argumenta o pároco.

Mesmo assim, segundo Tânia Almeida, “as pessoas reconhecem o trabalho que a instituição faz com as crianças, não só em S. Jacinto como também na Torreira, de onde vêm algumas crianças para a creche”.

Para além da ajuda do Banco Alimentar e de pontuais apoios da Base da Força Aérea sedada na freguesia, nada mais.

“Não somos herdeiros de fortunas nem de donativos significativos”, afirma o padre Abílio Araújo.

A instituição tem um protocolo anual com a Câmara Municipal de Aveiro para o fornecimento de refeições à escola, já para o terceiro ano, sendo habitualmente cerca de 25 refeições dia.

“Isto também é uma boa ajuda para a sustentabilidade”, refere Tânia Almeida, com o pároco a reforçar: “O aumento do custo com as refeições escolares é apenas porque tem que se fazer mais comida, porque a estrutura e os recursos humanos são os mesmos. E, depois, aqui em S. Jacinto as crianças têm essa vantagem porque almoçam no sítio onde a comida é confeccionada, não tem que ir em marmitas para ser consumida noutro lugar”.

A situação de falta de crianças para as respostas sociais não é de agora e, nem foi no tempo da crise que se agravou.

“Nos anos da crise tivemos uma diminuição mas não foi significativa, porque se o tivesse sido já teríamos fechado portas. O que nos afeta mais é o isolamento. Aqui estamos restritos às crianças de S. Jacinto, porque não estamos no cruzamento de vias nenhuma e ninguém vem trabalhar para aqui. Há algum apoio da Torreira, porque como não tem creche e as crianças acabam por vir para cá, mas estou em crer que a tendência é para a diminuição continuar a acontecer. Tenho consciência de



que, mais ano menos ano, temos mesmo que fechar a porta por não termos utentes. Há de facto uma redução significativa de crianças em S. Jacinto”, lamenta o padre Abílio Araújo.

E será esse o momento para uma inversão no serviço da instituição, passando da infância para a terceira idade? “Poderá ser uma possibilidade, se houver fundos que possam ajudar à qualificação do edifício, que não está minimamente vocacionado para receber pessoas idosas”, atira de pronto o presidente da IPSS.

Para a diretora-técnica, “o ideal aqui era o Apoio Domiciliário, que não há”: “Os idosos querem muito estar em casa e não querem de lá sair. Em 2009 candidatámo-nos ao POPH, à medida 6.12, SAD e ERPI, mas não foi aprovado. E mesmo que fosse aprovado seria muito difícil avançar com o projeto por falta de recursos”.

A isto acresce, segundo o pároco, a mentalidade piscatória, muito enraizada em S. Jacinto.

“A mentalidade das pessoas daqui levanta problemas em deixar entrar quem quer que seja em casa. Mesmo na freguesia vizinha da Torreira, uma IPSS de lá tem o Centro de Dia cheio, com 20 pessoas, mas o Apoio Domiciliário são cerca de 12 e com sorte. A influência da mentalidade piscatória está muito presente e para o pescador em casa dele entra quem já é amigo, não se abre a porta a qualquer pessoa. Quando há 12 anos vim para cá foi uma das diferenças que notei, porque vinha da zona de Águeda, onde mal se chegava era-se logo amigo. Aqui, primeiro testa-se bem testado e só depois passa a ser amigo”, argumenta o padre Abílio Araújo, acrescentando: “Por isso, aqui a implementação do SAD tem esta dificuldade, porque é uma comunidade bastante fechada. Temos, de facto, uma população idosa, mas também não temos gente suficiente para tornar a valência sustentável, apesar de ser algo já necessário para algumas pessoas”.

Perante a questão se uma ERPI valeria a pena, Tânia Almeida é perentória: “Um lar não é viável em S. Jacinto”.

Ao longo da conversa com os responsáveis

pelo Centro Social Paroquial de S. Jacinto passa um sentimento de abandono, de uma gente que se sente ali esquecida e pouco ou nada tem.

“Esse é o sentimento que temos. Tendo em conta que S. Jacinto é concelho de Aveiro, mas que tem a ria a dividir, ria que noutros tempos até poderia ser uma boa via de comunicação e de ligação à cidade, na realidade atual é um obstáculo natural. O município da Murtosa, que é o mais perto por via terrestre, está a 12 quilómetros”, afirma o presidente da instituição, deixando uma crítica aos políticos: “Falta aqui, de facto, uma visão estratégica e saber o que se quer para S. Jacinto. Uma reserva natural com pessoas mas que terão tendência a desaparecer? Uma estância turística? Acho que, do ponto de vista do poder político, não há uma aposta naquilo que possa ser um polo de desenvolvimento para S. Jacinto. Há umas iniciativas pontuais, como um festival de música, o Dunas, o Centro de Alto Rendimento para Surf, com excelentes condições, e que realizou um evento de três dias, no entanto, são ocupações sazonais. Não há um polo atrativo permanente que fixe as pessoas. Ao fim de uma semana em S. Jacinto a pessoa está cansada de descansar, porque não há nada. Isto exige um polo agregador que gere emprego e que inove as dinâmicas. Essas iniciativas não são de desvalorizar, mas se acontece algo uma vez no ano, passado o evento ficamos na mesma! Isso não é um polo de desenvolvimento. A maior unidade de alojamento de S. Jacinto deve ser o campo de formação dos Escuteiros, por onde passam centenas de escuteiros por ano, mas vêm cá uma semana e vão embora”.

E como seria S. Jacinto sem o Centro Social Paroquial?

“Aí a comunidade poria as mãos à cabeça e via a falta que isto faz. Quando isto acabar é que vão pensar: E agora?”, sustenta Manuel Lourenço, vice-presidente da instituição, ao que o padre Abílio Araújo acrescenta: “S. Jacinto estaria ainda pior se não tivesse o Centro Social”.

RSI

Direito à prestação não depende do acordo de inserção

As alterações ao regime jurídico do Rendimento Social de Inserção (RSI), que visam reforçar a sua “capacidade integradora”, protegendo os grupos mais frágeis e vulneráveis, entram em vigor a 27 de setembro, segundo o Diário da República.

Entre as alterações previstas destaca-se o facto de passar apenas a ser exigido a quem requer o RSI que esteja em situação legal no país, deixando de haver diferença entre os cidadãos nacionais e os estrangeiros, como acontecia até aqui, apesar da declaração de inconstitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional em 2015.

O reconhecimento do direito à prestação passa a ser a partir da data em que o requerimento esteja devidamente instruído, não o fazendo depender “da celebração do programa de inserção, o qual, por condicionar nos anos mais recentes a data do reconhecimento do direito à prestação, sofreu uma forte descaracterização”, refere o decreto-lei publicado em Diário da República.

“Considera-se que o acordo de inserção deve promover uma adequação das medidas às características dos beneficiários e dos agregados familiares em que se inserem, mediante compromisso, formal e expreso, assumido pelo beneficiário, enquanto instrumento promotor de uma efetiva inclusão social”, sublinha.

Também é salvaguardada a possibilidade de as pessoas que estão acolhidas em respostas sociais temporárias com plano pessoal de inserção, internadas em comunidades terapêuticas, na rede nacional de cuidados continuados integrados ou a cumprirem pena de prisão possam requerer esta prestação antes da saída.

O pagamento será iniciado no mês da saída ou da alta, favorecendo “a inserção e o regresso à vida ativa”.

A renovação anual da prestação passa a ser efetuada mediante “uma avaliação rigorosa da manutenção das condições de atribuição, através de uma verificação

oficiosa de rendimentos, deixando de estar dependente de um processo burocrático de apresentação de um requerimento de renovação e restante documentação” por parte dos beneficiários.

O Governo afirma que as alterações agora introduzidas visam “dignificar esta prestação e reforçar a sua capacidade integradora e inclusiva, protegendo os grupos de maior fragilidade e vulnerabilidade, em situação de pobreza extrema, distinguindo-se de outros apoios e prestações sociais por incluir uma componente de integração e inclusão”.

Dados do Instituto da Segurança Social informam que o RSI foi atribuído, em junho, a 211.538 beneficiários, mais 2.541 (1,2%) face a maio.

O Rendimento Social de Inserção é atribuído pelo período de 12 meses, renovável, sendo o beneficiário obrigado a comunicar, no prazo de 10 dias úteis, à entidade gestora competente “as alterações suscetíveis de influir na modificação, suspensão ou cessação do direito, bem como a alteração da residência”.

SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 21 ANOS

DEIXA A INFORMÁTICA CONNOSCO,
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.



TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE
IPSS

SECTOR
ECONOMIA
SOCIAL

GESTÃO IMÓVEIS NOVO

CONTABILIDADE ESNL

IMOBILIZADO ESNL

MÓDULO ORÇAMENTOS

LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS
na contabilidade

UNIDADES DE SAÚDE
RNCCI

ORDENADOS
Caixa Geral de Aposentações, Segurança social, Declaração mensal/anual, Relatório Único

UTENTES IPSS

UTENTES CT (CERTIFICADO AT)

PROCESSOS CLÍNICOS UCC

CONTROLO DE PRESENÇAS

SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
TSR - Utentes
TSR - Bancos
TSR - Associados
TSR - Rendas
TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores

ASSOCIADOS / IRMÃOS IPSS
PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)
RECEITA SEM PAPEL

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -
Sala 11 - Apartado 1071 EC
4836-908 Lameiras - Guimarães

WWW.TSR.PT

t/m. [+351] 939 729 729
t/f. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

tsr@tsr.pt

+ DE 40 APLICAÇÕES

+ DE 900 CLIENTES

100% CLIENTES SATISFEITOS

GRÁTIS DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO

NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Há menos crianças e jovens em casas de acolhimento

O número de crianças e jovens em casas de acolhimento baixou 33% nos últimos dez anos, passando de 12.245 em 2006 para 8.175 no ano passado, revela um relatório do Instituto da Segurança Social.

Segundo o Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens CASA 2016, o número de crianças e jovens dos zero aos 20 anos caracterizados no sistema de acolhimento familiar e residencial abrangeu 10.688 casos em 2016, menos 4.328 do que há dez anos (29%).

Destes, 8.175 (76%) encontravam-se nas 310 casas de acolhimento existentes no país, menos 425 (5%) face a 2015.

Apesar do decréscimo no número de crianças acolhidas, verificou-se em 2016 um aumento no número de novas entradas e uma redução do número de saídas.

De acordo com o CASA, 2.396 menores (22%) foram acolhidos em 2016, mais 194 relativamente a 2015 (9%), e 2.513 deixaram o acolhimento, menos 2.513 (4%), a maioria para regressar à família e 259 crianças (10%) foram integradas numa família adotante em período de pré-adoção.

Em 2016, manteve-se uma “ligeira prevalência” de rapazes (52,7%) e “um claro predomínio” de jovens com idades entre os 12 e os 20 anos (69,4%).

Os jovens chegam ao sistema “cada vez mais crescidos e mais complexos” o que exige respostas mais específicas, afirmou uma técnica do Instituto da Segurança Social (ISS) num encontro com jornalistas no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Esta situação deve-se ao facto de ter sido tentado que o jovem ficasse junto da família, segundo a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, uma vez que mais de metade teve, antes do acolhimento, uma medida em meio natural de vida.

No entanto, salienta o relatório, terá de manter-se em atenção “o número de crianças (3.087) cuja primeira iniciativa de intervenção foi a aplicação de uma medida de acolhimento que determinou o seu afastamento” da família.

A grande maioria (7.203 -- 88,1%) encontra-se em Lares de Infância e Juventude Especializado e centros de acolhimento temporário, 576 (7%) em casas de acolhimento com modelos de intervenção específicos nas áreas da saúde, educação especial ou Segurança Social, e 63 (0,8%) estavam em apartamentos de autonomização.

Cerca de 3% (261) estavam em famílias de acolhimento, adianta o relatório, observando que estas famílias estão concentradas no norte do país, principalmente nos distritos do Porto, Vila Real, Braga e Viana do Castelo, enquanto em Lisboa, onde o número de crianças em acolhimento é dos mais elevados, não existe nenhuma.

Havia ainda 192 crianças e jovens, 17 dos quais menores de 11 anos, em comunidade terapêutica, devido a problemas de toxicod dependência e álcool.

O relatório alerta para a importância da duração do acolhimento, advertindo que 74% das crianças em acolhimento familiar estão acolhidas há mais de quatro anos, o mesmo tempo para 33,7% das que estão em instituições.



Sobre os motivos que levaram ao acolhimento da criança ou do jovem, o relatório aponta o principal foi negligência associada a “falta de supervisão familiar” (4.826), seguido da “exposição a modelos desviantes” e de “comportamentos desviantes”, detetados em 832 crianças.

O documento revela também que 17% das crianças foram acolhidas longe do seu contexto familiar de origem, das quais 46% tinham entre 15 e 17 anos, sublinhando que isto só pode ocorrer “quando o superior interesse da criança assim o determine”.

PROTEÇÃO IMEDIATA

Uma em cada cinco crianças que entraram no sistema de acolhimento em 2016 exigiu “proteção imediata”, por a sua vida estar em perigo, segundo um relatório do Instituto da Segurança Social (ISS).

Das 2.396 crianças e jovens entradas no sistema de acolhimento em 2016, 485 (20,2%) exigiram um “procedimento de urgência”, mais 2,3% face ao ano anterior, revela o Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens CASA 2016.

O procedimento de urgência, que ocorre “quando exista perigo atual ou iminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou jovem”, deverá “obrigar todos os interventores a atenções reforçadas” devido ao impacto que pode ter na vida das crianças e jovens.

“Uma incorreta atuação poderá causar danos psicológicos, pelo que o procedimento deverá ser o menos lesivo possível, executado por profissionais e estruturas devidamente habilitadas e sensibilizadas para a situação de crise vivida pela criança e jovem”, defende o relatório.

Destas 485 crianças, 178 estavam ao cuidado da família nuclear, disse uma técnica do ISS num encontro com jornalistas no Ministério da Segurança Social.

Sobre os motivos que levaram à sua retirada, a técnica adiantou que são “situações limites”, como abuso sexual, violação, agressões, que exigem uma intervenção “a qualquer hora do dia ou da

noite”.

A medida mais aplicada antes do procedimento de urgência foi o apoio junto dos pais (77%), e as menos aplicadas o apoio junto de outro familiar (21,2%) e de confiança a pessoa idónea (1,8%).

Relativamente aos motivos que originaram a abertura dos processos de promoção e proteção às crianças, o documento refere as diversas formas de negligência (72%), os maus-tratos psicológicos (8,5%), os maus-tratos físicos (3,4%) e os abusos sexuais (2,8%).

Outro destaque do documento vai para o aumento da definição dos projetos de vida das crianças e jovens, situando-se nos 90,6%.

O principal projeto de vida definido foi a “autonomização” (36,3%), seguido da reintegração na família (36%) e da adoção (11,2%).

Segundo o CASA, das 48 crianças adotadas, 19 reentraram no sistema em 2016, voltando a ser vítimas de situações de perigo na família adotiva.

Também 34 crianças integradas no seio de famílias candidatas à sua adoção tiveram que reentrar no sistema durante o período de pré-adoção.

Os autores do CASA consideram que “os apoios aos jovens que cessam acolhimento com projeto de vida de autonomização não poderão restringir-se aos apoios comuns da ação social”.

“Nenhum jovem oriundo de população não acolhida se torna autónomo aos 21 anos, pelo que estes jovens, pelas circunstâncias em que viveram e em que vivem (maioritariamente sozinhos) dificilmente possuem capacidade para uma autonomização plena aos 21 anos”, advertem, defendendo a “melhoria contínua” da intervenção.

Traçando o perfil e características das crianças e jovens que deixaram o acolhimento, o relatório refere que a grande maioria tinha mais de 15 anos e 34% estavam identificados como tendo problemas de comportamento, o que “suscita apreensão quanto ao seu futuro e contornos da sua inserção social”.

Apesar de uma percentagem considerável dos jovens ter como projeto de vida a autonomização, “a verdade” é que cerca de metade reintegra a família e apenas 15,7% assumem uma vida independente.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Marx e os Banqueiros Centrais

“Proletários de todo o mundo, uni-vos!”. Assim rezava a exortação de Karl Marx e Friederich Engels, aos deserdados da terra, no Manifesto Comunista de 1848.

O último sítio onde esperaríamos encontrar alguma ressonância desta velha máxima revolucionária seria certamente no meio dos banqueiros centrais.

Desde logo porque os bancos centrais são uma das instituições básicas do capitalismo moderno, depois porque os banqueiros centrais são, por dever profissional, os guardiões da estabilidade de preços. Aos banqueiros centrais, poucas coisas deveriam causar mais horror que aumentos de salários nominais fora da “norma” porque, quando isso acontece, mais dia menos dia, os aumentos salariais haverão de se refletir nos preços dos produtos e lá fica a inflação em desmesura.

Não deixa, por isso, de soar vagamente estranho o lamento público de Philip Lowe, governador do Royal Bank of Austrália, pelo facto de os salários nominais não crescerem mais que 2% ao ano. Classificou esta tendência como “insidiosa” e apelou aos trabalhadores para exigirem salários mais altos.

Mas tenhamos calma – do que se trata aqui não é de uma conversão serôdia ao marxismo. Na verdade, enquanto banqueiro central, o que Philip Lowe teme é que, na ausência de alta dos salários e depois dos preços, o público perca a confiança na eficácia da política monetária e conseqüente no modelo de governo do capitalismo moderno.

E tem boas razões para isso!

Admito que, por estes dias, os banqueiros centrais durmam mal.

Nem é tanto por os resultados não aparecerem. Na verdade, o primeiro dever dos banqueiros centrais é colocar os preços a crescer a 2% mais coisa menos coisa e isso está longe de acontecer.

Mas tanto quanto posso ver, o mau dormir não vem do fracasso em matéria de resultados, vem do facto de os banqueiros centrais não perceberem o que está a acontecer.

Durante as últimas décadas, os economistas e os banqueiros centrais navegaram no grande consenso que se formou à volta de um conjunto de conceitos que, em última análise, dependiam de uma relação inversa entre o crescimento dos salários nominais e o desemprego, a famosa curva de Philips.

Acreditámos que existiria uma taxa de desemprego “natural” na economia.

Quando a taxa de desemprego real anda por cima desse valor, a expansão monetária aumenta o emprego e o output sem acelerar a inflação. Por isso, também se chamou a essa taxa de desemprego NAIRU (Non Accelerating Inflation Rate of Unemployment).

Quando a economia está próxima da NAIRU, expandir a oferta monetária pouco ou nenhum

efeito produz no emprego e no output mas acelera a inflação.

O papel dos banqueiros centrais seria, assim, evitar que a economia se afastasse em demasia da taxa natural de desemprego o que é o mesmo que dizer, garantir a estabilidade dos preços, entendida esta como um crescimento moderado, não muito longe dos 2% por ano.

Não é fácil imaginar um modelo mais elegante ou mais simples. Em cima disso, o modelo funcionou muito bem durante décadas o que nos levou, com o tempo, a tomá-lo como algo definitivo, válido para todo o sempre.

O problema é que, nos últimos anos, por mais que o desemprego desça os benditos dos salários teimam em não subir.

Em todos os países onde a taxa de desemprego já regressou para níveis próximos dos que vigoravam antes da crise (Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Japão, etc.) os salários teimam em não subir.

O caso mais emblemático é o Japão, onde a taxa de desemprego é inferior a 3%, onde há dois empregos disponíveis por cada trabalhador desocupado e, mesmo assim, preços e salários estão a crescer 0,4% ao ano, ou seja, quase nada.

Porque razão ficou a curva de Philips tendencialmente plana? Simplesmente não sabemos!

Em textos anteriores já percorremos o calvário das explicações mais ou menos convencionais que permitem salvar o modelo.

A equação de Philips já não é relevante a nível local, também ela se globalizou. Porventura continua válida, mas a nível global. Talvez haja uma falha da procura na economia global. Talvez...

O mercado do trabalho mudou, está mais atomizado. Pois está! Mas não explica tudo.

Choques na oferta? Com certeza! Os preços do petróleo estão na casa dos 50 USD por barril e isso não ajuda ao crescimento dos preços. Talvez outros choques do lado da oferta estejam a deprimir os preços. Talvez...

Poderíamos aqui levantar e a seguir deitar por terra um milhão de hipóteses. Mas seria um exercício estulto porque, na verdade, simplesmente ignoramos porque estão as coisas a acontecer deste modo.

Nestas alturas, quando andamos um bocado perdidos, é sempre bom procurar algum abrigo na história.

Em boa verdade, não é a primeira vez que a curva de Philips claudica. Aliás, Andrew Haldane, num discurso recente, mostrou que a curva de Philips, se colocada numa perspetiva histórica verdadeiramente secular, recuando por exemplo até ao início do século XIX, é mais plana que inclinada. Na volta, a nossa querida curva, com a sua inclinação tão lógica, tão racional e que funcionou tão bem durante três décadas, não é mais que um blip, uma exceção histórica que guardaremos um dia no baú das

curiosidades.

Mas não precisamos de recuar até ao início do século XIX para ver curvas de Philips avariadas - vimo-las nos anos 70 quando desemprego elevado e inflação a sério conviveram alegremente.

O que nos chama a atenção para uma pista promissora – a política.

A inflação é um fenómeno económico, logo social, logo político. Nos anos 70 fomos surpreendidos com o choque petrolífero, com uma subida abrupta de preços e uma luta política para dividir um bolo que encolhia entre ricos e pobres, patrões e empregados, credores e devedores, etc.

Nessa altura os assalariados ainda tinham algum poder (ainda havia sindicatos fortes). As ideologias políticas dominantes eram a social-democracia e a democracia cristã, antes de serem poluídas com as incursões da terceira via ou do neoliberalismo (termo horrível e sem sentido).

Ou seja, era uma guerra equilibrada com armas dos dois lados, até no sentido literal do termo. Não por acaso, nessa altura, surgiram um pouco por todo o lado movimentos extremistas, à esquerda e à direita, que optaram pela luta armada.

A política da altura, com os seus excessos e com as suas coisas boas (que hoje nos fazem falta) vergou a curva de Philips e de que maneira!

A política de hoje também está a vergar a preciosa curva, mas de outro modo.

Ainda há uns dias, Martin Sandbu, um dos mais interessantes jornalistas do Financial Times, se perguntava porque não houve um New Deal depois de 2008/2009, porque não ocorreu algo de similar aos programas de Roosevelt depois do desastre de 1929/1933.

E a resposta, para Martin Sandbu, é chã. Hoje, simplesmente, não haveria espaço político para um Roosevelt.

Assim como nos anos 70 a luta política, nas condições da altura, transformou o choque petrolífero numa espiral inflacionista e com desemprego alto, atualmente, o ambiente político atual, o conformismo político que domina esmagadoramente nos media, impede que as condições favoráveis do mercado de trabalho se transformem em crescimento dos salários e crescimento dos preços.

Os excessos dos anos 70 deram-nos Margaret Thatcher e Ronald Reagan, o capitalismo míope dos nossos dias traz-nos Donald Trump, o Brexit e o ascenso dos populismos foleiros.

Ou muito me engano ou ficámos a perder!

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

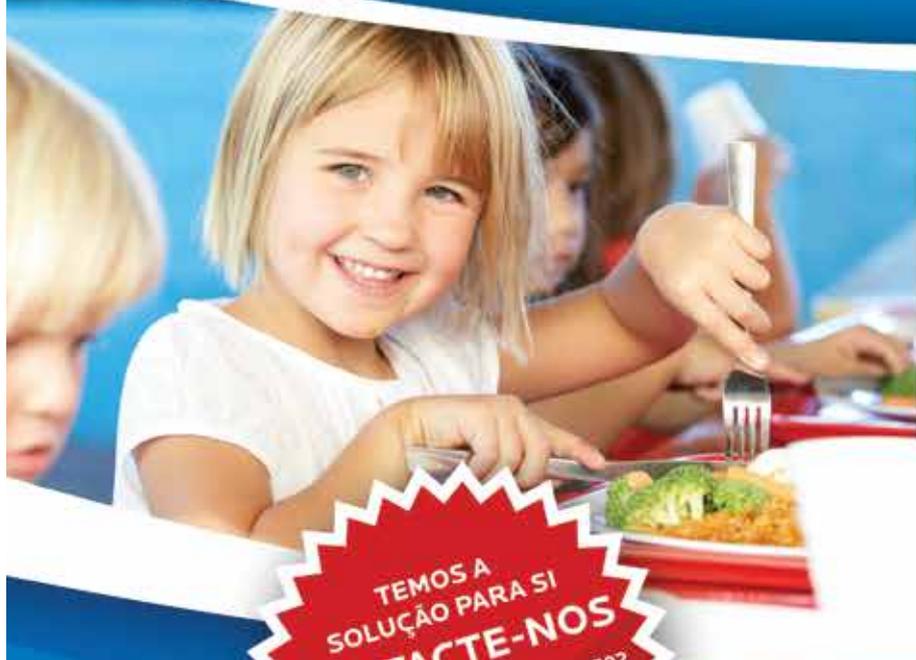
Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





Incêndios em Portugal: Uma guerra perdida

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto:** Padre José Baptista | **Editor:** Pedro Vasco Oliveira | **Redacção:** Milene Câmara, Rodrigo Ferreira, V.M. Pinto - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares | **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL

Estratégia Nacional em consulta pública

Os médicos devem sinalizar e justificar obrigatoriamente os casos de idosos que tomam mais do que cinco medicamentos, uma medida defendida na Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável.

O documento, que está em consulta pública, traça várias medidas para desenvolver políticas que melhorem a qualidade de vida das pessoas idosas.

Uma das ações defendidas é a definição de uma “estratégia de combate à polimedicação de justificação obrigatória para mais de cinco medicamentos”.

Segundo Pereira Miguel, coordenador do grupo de trabalho interministerial para a Estratégia do Envelhecimento Ativo e Saudável, a ideia não é estabelecer um limite para a prescrição ou toma de medicamentos, nem sobrecarregar os médicos com trabalho burocrático.

“Não estamos a dizer qual é a solução a aplicar. Não é uma solução fechada. Mas pretende-se criar um mecanismo que faça um alerta” para a toma de mais de cinco medicamentos, disse à agência Lusa, lembrando que “os medicamentos têm interações entre eles”.

Pereira Miguel refere que os profissionais de

saúde devem estar alerta para a polimedicação, apercebendo-se de que medicamentos outros especialistas prescreveram aos seus doentes.

A Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável propõe ainda que sejam criadas uma espécie de “bandeiras vermelhas” para sinalizar idosos com necessidade especial de acompanhamento, como pessoas que recorrem mais às urgências ou que faltam sistematicamente a consultas ou até com sinais de negligência.

Esta medida extravasa a área da saúde e devia envolver as autarquias, a PSP, a GNR, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, entre outras entidades.

VALORIZAR POPULAÇÃO IDOSA

Os programas e metas curriculares das escolas deviam integrar a valorização da população idosa e promover a sua imagem, sugere a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável.

Uma das medidas definidas na Estratégia é “investir na formação e educação sobre o envelhecimento “em todos os graus de ensino”, tentando combater a discriminação, os estereótipos

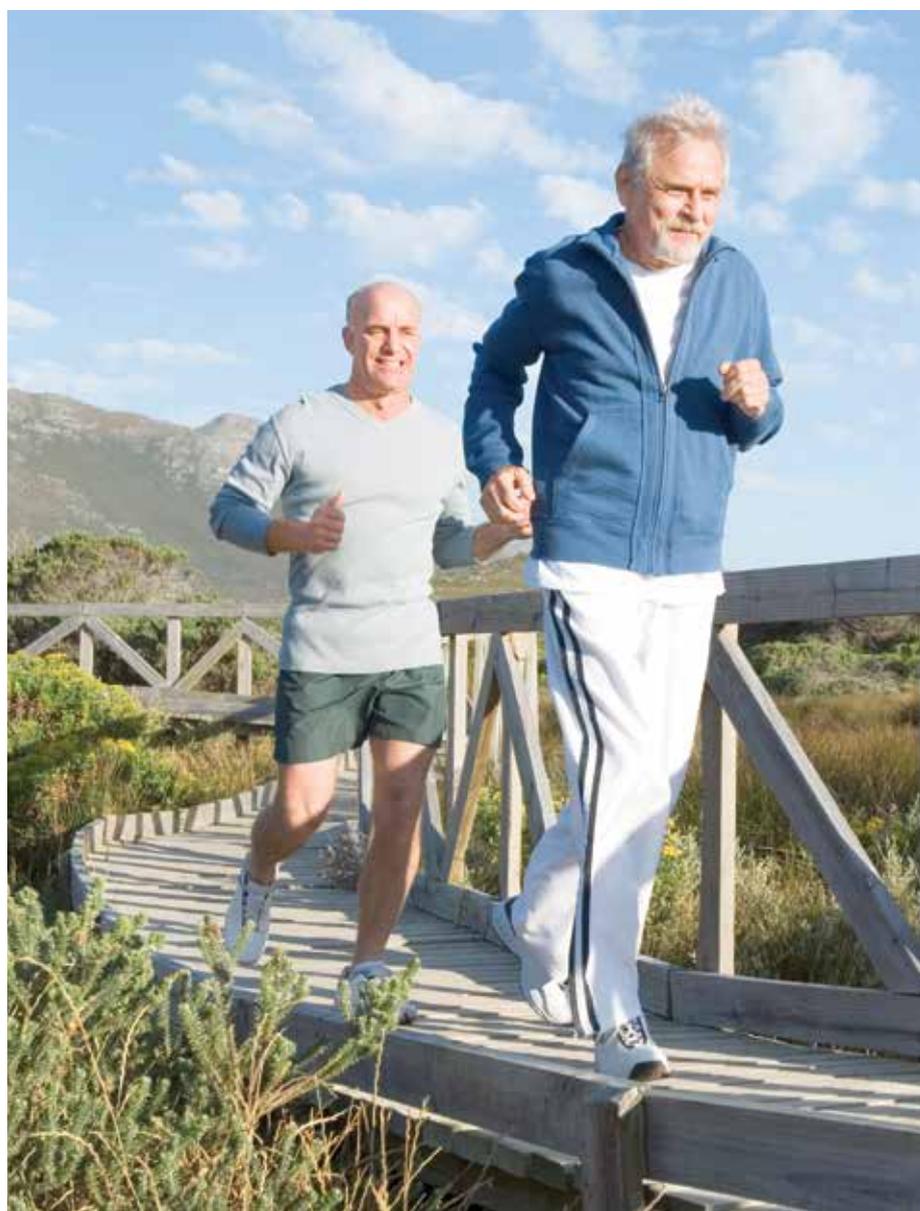
e promovendo a igualdade.

Para isso, é proposta uma intervenção junto do Ministério da Educação “no sentido de integrar nos programas e metas curriculares a valorização da população idosa e promover a sua imagem”.

A par disto, devem ser promovidos projetos que juntem as várias gerações. O coordenador do grupo de trabalho para a Estratégia do Envelhecimento Ativo e Saudável, Pereira Miguel, sublinha que a aprendizagem sobre o envelhecimento não tem de ser toda livresca e que há muitas circunstâncias da vida escolar em que é possível criar espaços de convívio entre gerações.

“Muitas destas ações não precisam de estar estabelecidas”, refere Pereira Miguel, deixando como sugestão que sejam dirigidos convites a professores reformados ou a desportistas mais velhos para irem às escolas conversar com os alunos.

A promoção da boa imagem do envelhecimento, a inclusão dos idosos e o combate aos estereótipos devem estar presentes na aprendizagem ao longo da vida e em todos os ciclos de ensino, defende o responsável.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL